

POLÍTICA E MEMÓRIA EM UM ESTADISTA DO IMPÉRIO*

Izabel Andrade Marson

Dept^o de História do IFCH da UNICAMP

"...Comparados os dois governos, o norte americano ficou-me parecendo um relógio que marca as horas da opinião, o inglês, um relógio que marca os segundos... Para não sair da relojoaria, a república era, para mim, um relógio de que fosse preciso renovar a mola no fim de pouco tempo; a monarquia, um relógio por assim dizer perpétuo..."¹

Esta reflexão tem por objetivo sinalizar possíveis mediações entre a política e a narrativa histórica, abordando um dos textos mais importantes para o estudo da política brasileira do século XIX: a obra *Um Estadista do Império* de Joaquim Nabuco. Para tanto, procurará explicitar as origens, temas e alguns argumentos constitutivos deste trabalho escrito entre 1893 e 1897 com o declarado intuito de home-

¹ NABUCO, J.A.- *Minha Formação*. Introdução de Gilberto Freyre. 5^a ed. Brasília, Ed. da UNB, 1963.pg. 24-25.

nagear a monarquia – nas figuras do imperador e de seus mais importantes estadistas – e, sobretudo, reconhecer naquela experiência histórica princípios e procedimentos políticos significativos de um “liberalismo autêntico”. Para Nabuco, a retomada deste passado imperial visava também construir uma argumentação convincente contra os golpes de estado e as ditaduras militares de cunho jacobino identificados, naquele momento, com o desempenho dos dois primeiros governantes da república – Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto – e com o presidente chileno Vicente Balmaceda. Portanto, nossa análise almeja identificar a teia na qual se engendraram como episódios políticos, tanto a narrativa historiográfica quanto os acontecimentos que moldaram o percurso de vida do historiador.

Esta reflexão pretende ainda destacar a complexidade deste texto construído por um político de ofício, no qual se pode reconhecer pelo menos quatro propostas 1) trata-se de uma biografia do senador e conselheiro José Tomás Nabuco de Araújo; 2) uma análise avaliadora da política imperial; 3) um texto-projeto denotativo das proposições de Nabuco para a polêmica que contrapunha facções monarquistas entre si e grupos republicanos. Assim, compreendemos o livro como um discurso endereçado aos republicanos históricos, aos monarquistas recentemente convertidos ao republicanismo (seus interlocutores mais evidentes) e, inclusive, aos correligionários monarquistas de cujas teses o autor discordava; 4) um texto político e artístico, expressivo do domínio do autor sobre as questões colocadas pelo liberalismo na virada do século XIX para o XX, e de uma refinada arte de escrever, traços que garantiriam seu encanto e domínio sobre o tempo, ou seja sobre as gerações que sucederam sua criação.²

² Apresentamos um estudo mais amplo do desempenho de Joaquim Nabuco como político e historiador em MARSON, Izabel A. *O Império da “Conciliação”*: políti-

Indagando-se sobre as razões da sobrevivência de *Um Estadista*, apesar de seu evidente e assumido significado político e de “suas imperfeições documentais e duvidosos pressupostos historiográficos”, Raymundo Faoro enfatizou com pertinência o perfil artístico do texto: “O livro ornamento, o livro luxo de eruditos, o livro diversão de letrados encontrou afinidade com o leitor de Joaquim Nabuco, artista que fez da história obra de arte”. Este perfil o tornaria “invulnerável à necessária revisão crítica (...) permanecendo vivo no elegante estilo imagístico, metafórico, como convém às suas inspirações românticas.”³ identificadas em Burke, Ranke, Macaulay, Burckhardt, Mommsen, Renan e Taine.⁴

Portanto, há um certo consenso entre os estudiosos, aqui representados pela opinião de Faoro, que a história/arte de Nabuco – exercida com inegável maestria como oratória no Parlamento e nos *meetings*, ou como texto – foi também uma decorrência do “ofício” de político, contingência que deu origem e conferiu sentidos precisos a todas suas obras historiográficas.⁵ Assim como os historiadores artistas que lhe serviram de exemplo, exercitando com talento a arte de representar e exercendo o ofício que lhe garantia a sobrevivência, Nabuco proferiu

ca e método em Joaquim Nabuco - a tessitura da revolução e da escravidão. Tese de Livre Docência. Campinas, IFCH-UNICAMP, 1999.

³ FAORO, Raymundo - *Existe um pensamento político brasileiro?* S. Paulo, Ática, 1994. p. 120-121.

⁴ FAORO, R. - Prefácio IN: NABUCO, J.- *Um Estadista do Império*. 5^a. ed. R. de Janeiro, Topbooks, 1997. v. 1. p.21.

⁵ Conforme nos adverte Peter Gay, em Ranke, Macaulay, Burckhardt, o exercício do estilo na confecção da história/arte era também um ofício – ou seja, aprendido e praticado com método e disciplina – e mediado pela política e pela história. GAY, Peter - *O Estilo na História*. Trad. Denise Bottmann. S. Paulo, Cia das Letras, 1990.p. 17,25, 29.

habilitados discursos. Praticando como poucos a arte de escrever, preparou muitos artigos para a imprensa no Brasil e na Europa e escreveu livros para o debate político numa fase crucial da vida do Império e da República. Ou seja, praticou, ao mesmo tempo, ciência, arte e política, fato que Faoro também não deixou de lembrar ao considerar que o “*reformador social*” era também um “*nostálgico*” da monarquia, um “*liberal utilitário*”, pois “*o renovador*” era “*também um aristocrata*”.⁶ Portanto, Faoro sinaliza que se os textos de Nabuco são “*invulneráveis*” enquanto obras de arte, eles podem ser interrogados enquanto ofício da política/ciência⁷, e nos revelar muito sobre a arte de confeccionar a história no Brasil do final do XIX.

1. O DIÁLOGO ENTRE O TEXTO E OS ACONTECIMENTOS DA PRIMEIRA DÉCADA REPUBLICANA

A primeira década republicana foi um período particularmente fértil na criação de projetos reformistas para a nação brasileira. A crise da monarquia, a forma inesperada como foi implantado o regime re-

⁶ Uma vez mais lamentando a persistência de estruturas arcaicas herdadas das instituições ibéricas, responsáveis pela destruição do reformador social, Faoro registra, também em Nabuco, o desvirtuamento do liberalismo que gostaria de ver bem sucedido. FAORO, R.- *Existe um pensamento...* p. 135.

⁷ Neste exercício de interrogação inspiramo-nos em FEBVRE, L. - *Combates pela História*. Lisboa, Presença, 1977. *Le Problème de l'Incroyance au XVIe. Siècle. La religion de Rabelais*. Paris, Albin Michel, 1942; LEFORT, C.- *As Formas da História*. S. Paulo, Brasiliense, 1979; *Pensando o Político. Ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*. R. de Janeiro, Paz e Terra, 1991. SKINNER, Q.- *Razão e retórica na filosofia de Hobbes*. UNESP/Cambridge, 1999; *Liberdade antes do liberalismo*. Editora UNESP/Cambridge University Press 1999.

publicano e, sobretudo, as inúmeras dificuldades enfrentadas pelos primeiros governos acabaram por tornar o destino da jovem república um tema de reflexão para os intelectuais-políticos daquele momento, tanto para seus defensores quanto para seus adversários. Na origem destas dificuldades pode-se reconhecer pelo menos duas motivações, bem apontadas pelos trabalhos das historiadoras Maria de Lourdes Janotti e Suely Robles Queiroz⁸. Por um lado, a frustração das expectativas republicanas originou grupos com opiniões divergentes, dentre eles uma aguerrida facção jacobina. Por outro, a falta de coesão dos adeptos da restauração monárquica, decorrentes das rivalidades pessoais, origens políticas, discordâncias sobre o perfil da monarquia ideal e sobre quais deveriam ser as estratégias para reverter a ordem republicana recém instaurada.

O embate político se exteriorizou de diversas formas ao longo desta década. Pode-se reconhecê-lo nas discussões parlamentares, nas manifestações de rua, nos golpes de bastidores, nos atentados e nas tentativas de guerra civil. Mas, não se restringiu a estas maneiras clássicas de luta política. Um outro lugar importante desta disputa, no qual se manifestaram idéias e argumentos, pode ser reconhecido na imprensa diária e, especialmente, em obras de cunho historiográfico laudatórias ou críticas do novo regime. Dentre os trabalhos que o avaliaram positivamente estão: *O advento da República no Brasil*, de Cristiano Ottoni (1890) e *Origens Republicanas*, de Felício Buarque (1894). Já entre os

⁸ Sobre a atuação dos monarquistas e radicais jacobinos após o 15 de novembro ver JANOTTI, M.L. *Os subversivos da República*. S. Paulo, Brasiliense, 1986, e QUEIROZ, Suely Robles Reis de - *Os radicais da república*. S. P. Brasiliense, 1986. Ver também, COSTA, E.V. da - *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 2ª. ed. S. Paulo, Ciências Humanas, 1979; e LAPA, J. R. do Amaral (org.)- *História Política da República*. Campinas/SP, Papyrus Ed., 1990.

textos críticos da república e valorizadores da monarquia destacam-se: *Advento da Ditadura Militar no Brasil*, de Afonso Celso (1891); *Fastos da Ditadura Militar no Brasil* (1890) e *A Ilusão americana* (1893), de Eduardo Prado; *Memórias de meu Tempo*, de Pereira da Silva (1896-99); e os livros de Joaquim Nabuco, *Balmaceda, A intervenção estrangeira e a Revolta da Armada* (ambas de 1895), *Um Estadista do Império* (1897-1899) e *Minha Formação*, escrito autobiográfico de 1900.⁹

Os textos que abordaram a história do Império foram preparados em circunstâncias muito difíceis para seus autores e para os militantes da causa monárquica no Brasil. Por um lado, em virtude a tenaz perseguição desenvolvida por grupos jacobinos que agiram abertamente durante o governo Floriano (1892-1894) e mais controlada, mas não menos ameaçadoramente, durante a gestão Prudente de Moraes (1894-1898). Por outro, pelo fato destes militantes terem divergentes opiniões sobre como realizar a oposição à república: se apenas homenageando a monarquia e denunciando os políticos adesistas, a prática e os políticos republicanos; ou se realizando uma agitação sistemática através da imprensa, conspirando e promovendo uma guerra civil no intuito de derrubar o regime; ou ainda, se construindo uma sólida argumentação em fa-

⁹ OTTONI, C.- *O advento da República no Brasil*. R. de Janeiro, Perseverança, 1890; BUARQUE, F.- *Origens Republicanas. Estudos de Gênese Política em refutação ao livro do sr. Afonso Celso, O Imperador no Exílio*. Recife, Francisco Soares Quintas Ed. 1894; CELSO, A. - *Advento da Ditadura Militar no Brasil*. Paris, E. Pichon, 1891; PRADO, E.- *Fastos da Ditadura Militar no Brasil e A Ilusão Americana*. S. Paulo, Escola Typographica Salesiana, 1902.; PEREIRA DA SILVA, J.M. - *Memórias do meu tempo*. R. de Janeiro, Garnier, 1895-6. 2 v.; NABUCO, J.A. *Balmaceda*. R.J., Typ. Leuzinger, 1895; *A intervenção estrangeira durante a Revolta da Armada*. R.J. Typ. Leuzinger, 1896; *Um Estadista do Império; Nabuco de Araujo, sua vida suas opiniões, sua época*. R.J./Paris, H. Garnier livreiro e editor, 1897-99. 3 vols.

vor da monarquia e esclarecendo a sociedade através da propaganda, de forma a prepará-la para a vivência conseqüente daquela modalidade de governo. Tais discordâncias acabariam aparecendo no debate na imprensa e no conteúdo das obras sobre a experiência monárquica.

Apesar das discrepâncias, a oposição monarquista – especialmente os grupos do Rio de Janeiro e de S. Paulo – partilhou argumentos, procedimentos e um percurso ao longo da primeira década republicana.¹⁰ Este percurso, já elucidado pelos mencionados estudos de Janotti e Queiroz, constituiu pelo menos três momentos – balizados *grosso modo* pelos marcos cronológicos dos primeiros governos republicanos – que ficaram registrados na correspondência pessoal e nos escritos de Joaquim Nabuco. Tal documentação nos esclarece ainda sobre um importante traço da oposição monarquista: os conflitos pessoais entre as lideranças, fundados em convicções políticas díspares (de origem liberal ou conservadora), no personalismo e no desejo de independência, características presentes também na trajetória de Nabuco. A preservação desta independência lhe custaria um quase isolamento dentro do grupo restaurador e o faria desenvolver uma militância singular que privilegiou a dedicação à imprensa e, especialmente, a confecção de livros sobre a política contemporânea e sobre a história do Império. Vejamos as circunstâncias vivenciadas pela oposição monarquista e, nelas, a particular intervenção de Nabuco.¹¹

¹⁰ Um balanço comparativo com a monarquia abordando os dez primeiros anos da República foi sistematizado numa coletânea escrita por importantes lideranças monarquistas (Afonso Celso de Assis Figueiredo – o visconde de Ouro Preto; Carlos de Laet, Gal. Cunha Matos e Theodoro Sampaio) e publicada em 1900. Conferir *A Década Republicana*. Rio de Janeiro, Cia. Typographica do Brasil, 1900. 6 volumes.

¹¹ Os dados da biografia de Nabuco apresentados neste texto foram colhidos em: NABUCO, J.- *Cartas a Amigos*. Coligidas e anotadas por Carolina Nabuco. S.

No primeiro momento (1889-1891, período do governo Deodoro), os monarquistas acreditaram numa “transitoriedade do regime” – em virtude da “situação de caos” implantada pela república – pressuposto que os levou a atuar nos jornais denunciando uniformemente o descabro típico dos regimes republicanos: a falta de liberdade, o domínio da caserna, a corrupção política, financeira e moral, e o incontornável esfacelamento do país. Ainda, alguns de seus membros gestionaram junto à família real (especialmente junto à princesa Isabel), no sentido de que definisse um sucessor para o trono e expressasse sua simpatia em relação ao movimento monarquista existente no Brasil. A certeza sobre “um retorno natural à monarquia” provinha, segundo opinião expressa por Nabuco em cartas a correligionários exilados, do exemplo do passado – a Maioridade do Imperador ocorrida em 1840 –, das inúmeras circunstâncias de restauração acontecidas na Europa ao longo do século XIX, da crença numa inevitável militarização das repúblicas americanas e, especialmente, da convicção de que a povo brasileiro, embora afastado das questões e decisões políticas, continuava fiel à monarquia.

Atuando no Rio de Janeiro como colaborador do *Jornal do Brasil*, neste primeiro período, Nabuco informou seus correligionários (o barão de Penedo, o barão do Rio Branco) e o Imperador, sobre uma inevitável queda da república, em decorrência dos equívocos intrínsecos ao exercício daquela modalidade de pacto político nos países americanos:

Paulo, IPÊ, 1949. v. 1-2; NABUCO, C. - *A vida de Joaquim Nabuco, por sua filha Carolina Nabuco*. 3ª ed. Americ=edit., s/d; e VIANA FILHO, L.- *A vida de Joaquim Nabuco*. S. Paulo, Martins/Brasília/INL, 1973.

“Todos nós fazemos votos para que o exílio de V.M. não se prolongue até o completo esgotamento do país que não tarda. A linguagem dos jornais mostra que o descontentamento cresce sem parar, na razão da corrupção republicana.(...) Assim como a Monarquia, por ser um governo nacional, honesto e responsável, não servia pra a época de especulação desenfreada que atravessamos, os aventureiros precisam de um governo também aventureiro, assim também a República não servirá (como se está vendo no Rio da Prata) para a época de reparação.(...)”

“De política brasileira nada senão (...) sua anarquia degradante à qual os homens políticos do antigo regime que se têm associado não levam nenhum prestígio, perdendo apenas o que tinham. (...) O povo continua monárquico – cada vez mais convencido de que tudo mais é uma orgia governamental – mas não se mexe por sua natureza paraguia de sofredor inesgotável. Quem sabe, porém, de um momento para o outro! O bom é que a república é uma idéia hoje gasta e desacreditada. Não será o Floriano que a reabilitará”.

“De política, meu caro, não há o que dizer. Uns são pessimistas, outros otimistas (falo dos nossos), mas é preciso dar tempo ao tempo, não querer que tudo se revele num dia e saber esperar. Eu acredito firmemente que tudo está crescendo no sentido das nossas esperanças e que o próprio ceticismo dos que aceitam tudo e só acreditam na possibilidade do que está, trabalha sem o saber a nosso favor. Atualmente a República está sem oposição – mas a verdade também é que ainda o povo não aceitou e que, apesar do sentimento nacional achar-se tão debilitado que nem pode expressar-se, não se deve considerar fundado, somente porque ninguém combate, um regime a que o país se mantém estranho e considera estrangeiro. Os impacientes porém desanimam logo (...) Eu porém, não estou nada abalado, porém pelo contrário muito restaurado, na minha esperança da primeira hora, para não dizer da véspera.(...) a República está inteiramente desacreditada, pronta para cair de podre, com satisfação geral.(...) A situação financeira, a carestia de gêneros, a crise da praça, a doença

*de Deodoro, a desmoralização do Congresso, a propaganda separatista – tudo junto faz um belo horizonte”.*¹²

Também recusou convites feitos por antigos companheiros do partido liberal (Dantas, Saraiva, dentre outros) para que aderisse ao novo regime. Sua argumentação sobre estes temas foi sistematizada no opúsculo *Por que continuo a ser monarquista*, publicado em 1890¹³. Nele deixa claro que, em virtude da inexistência de uma tradição histórica de interesse dos cidadãos pelos problemas de suas comunidades políticas – conforme se podia perceber na história norte americana – não considerava possível uma república “autêntica” na América Latina. Para Nabuco, a república no Brasil tornara-se presa fácil dos ditadores por ter fundações frágeis – o ressentimento dos escravistas e o despreparo do exército – e incapazes de sustentar uma verdadeira democracia. Criticando sobretudo a falta de liberdade e a centralização política, práticas condenáveis tanto no passado quanto no presente, esclareceu que não hipotecava seu apoio nem à monarquia vivida no Brasil no final do XIX – para a qual propusera inúmeras reformas – nem à república que se implantara em 1889, pois era muito diversa de “repúblicas autênticas” como a Suíça e os Estados Unidos. Entre as “pseudo-repúblicas” e a monarquia preferia esta última por ser, para o caso das nações americanas, a forma de governo mais próxima do perfil das genuínas instituições e intenções republicanas:

¹² NABUCO, J.- Carta ao Imperador (9/2/1891); Carta ao Barão de Penedo (11/5/1891); e Carta ao Barão do Rio Branco (9/9/ e 18/10 de 1891). IN: *Cartas a Amigos*.v. 1, pg. 199, 204, 205-6.

¹³ NABUCO, J.- *Porque continuo a ser monarquista*. Carta ao Diário do Commercio. Londres, Abraham Kingdon & Newham Impressores, 1890.

““Eu era monarquista porque a lógica me dizia que não se devia absolutamente aproveitar para nenhuma fundação nacional o ressentimento do escravismo; por prever que a monarquia parlamentar só podia ter por sucessora revolucionária a ditadura militar, quando a sua legítima sucessora evolutiva era a democracia civil; por pensar que a república seria no Brasil a pseudo-república que é em toda a América Latina. Eu dizia que a república não poderia funcionar como governo livre, e que, desde o dia em que ela fosse proclamada, desapareceria a confiança, que levamos tantos anos a adquirir sob a monarquia, de que a nossa liberdade dentro da lei era intangível.(...). Infelizmente o mais que eu posso dizer é que não tenho ainda razão alguma para mostrar na república triunfante a esperança que a militante nunca me inspirou.”

Confesso, entretanto, que sinto muito menor constrangimento hoje do que antes ao recusar dizer-me republicano. (...) de fato, a república, moralmente falando, só tem perdido terreno desde 15 de novembro. Não se verificou somente que o país não estava preparado para ela, mas também, o que é talvez pior, que ela não estava preparada para o governo. Diz-se que ela não tinha homens, é um perfeito engano (...) O que ela não tinha era princípios.

Eu sou o primeiro a dar testemunho de que o partido republicano foi inicialmente um movimento puro de aspiração democrática; o primeiro grande contingente, porém, que ele recebeu, o da escravidão, fê-lo perder de vista o povo; e o segundo contingente, o do exército, que o tornou vencedor sem combate, fê-lo perder de vista a própria república.(...)

(...)“Se eu tivesse por ambição na vida ser cidadão de uma república, há muito, conforme a liberdade falasse mais à minha imaginação pelo prestígio de uma tradição imemorial ou de um futuro garantido por séculos, eu me teria naturalizado suiço ou norte-americano. Teria assim a certeza de pertencer a uma república autêntica..(...). A república nos países latinos da América, é um governo no qual é essencial desistir da liberdade para obter a ordem. (...).

(...) seria difícil fundar uma república no Brasil que tenha tantos características da verdadeira república como tinha a monarquia. Classificar os governos pela sua forma é como a antiga classificação botânica pelas semelhanças exteriores.(...)¹⁴

A renúncia de Deodoro, em dezembro de 1891, pareceu de início confirmar as expectativas da oposição ao regime. Porém, o insuspeitado vigor e organização dos florianistas no poder e os vínculos entre o “Marechal de Ferro” e os jacobinos assinalaram equívocos naquela avaliação e anunciaram um segundo momento na trajetória monarquista. Sitiada pelo recrudescimento da repressão que levou ao exílio muitos de seus membros, mas também alentada pela resistência dos republicanos federalistas que não viam com bons olhos o domínio do militarismo jacobino sobre a jovem república, e pelo sucesso da revolução restauradora promovida pela armada chilena contra a ditadura de Vicente Balmaceda, parte significativa das lideranças monarquistas passou a acreditar numa ação mais decisiva: a guerra contra a ditadura florianista. Alguns se engajaram na Revolta da Armada ocorrida entre setembro de 1893 e março de 1894, um movimento de resistência às medidas de exceção decretadas por Floriano – que terminaria em humilhante derrota para os rebelados – comandado pelo almirante republicano Custódio de Mello e reforçado por contingentes monarquistas conduzidos por Saldanha da Gama. Outros, mais restritivos em relação às soluções violentas, deram continuidade às denúncias na imprensa, embora não deixassem de expressar uma indisfarçada simpatia pelos rebeldes, a exemplo de Nabuco nos artigos que trataram da Revolta da Armada e que avaliaram a intervenção das potências estrangeiras naquele episódio:

¹⁴ *Idem, ibidem*, pg. 4 -9,14,21.

*“Não pode haver nada de mais errôneo do que pretender-se que a revolta foi sufocada pelo entusiasmo republicano. Decerto, os batalhões voluntários e a Guarda Nacional prestaram bons serviços ao Governo (...) repelindo os ataques como o da Armação; a grande vitória, porém, não foi ganha por batalhões em terra; foi ganha pela fortificação da cidade, e essa fortificação o marechal Floriano Peixoto só a levou a cabo graças ao braço forte que em outubro e mesmo em setembro a esquadra estrangeira lhe prestou indiretamente. (...) a vitória de 13 de março foi originária e principalmente devida à inutilização do poder agressivo da esquadra no porto do Rio de Janeiro, o que quer dizer que foi devido à intervenção estrangeira. (...) A revolta, que aliás dispôs sempre de pouco pessoal habilitado, sobretudo para o manejo da artilharia, perdeu-se pela falta de união e acordo entre os elementos da Marinha; por demasiada confiança do almirante Melo (...); perdeu-se, mais, por falta de unidade de comando e dispersão dos navios e das forças; (...) por mal entendida generosidade com um inimigo que não dava quartel – quem não quer empregar os meios de guerra não faz a guerra, sacrifica inutilmente os seus subordinados, como essa valente marinagem de Villegaignon que, enquanto se batia de frente a canhão com as fortalezas da barra, era derribada de terra, pelas costas, a tiro de fuzil; perdeu-se por excessiva deferência aos desejos das potências, desistindo do emprego de meios que pertencem a todo beligerante de fato; por esperanças vãs em movimentos na cidade, que o Terror impedia de congregar. (...) Mas a causa primária do insucesso da revolta foi o golpe da esquadra estrangeira que a paralisou e o acordo ilusório de 5 de outubro, em que ela se deixou enleiar”.*¹⁵

Em estudos que abordaram a história do Império, alguns destes escritores também desenvolveram uma consistente argumentação des-

¹⁵ NABUCO, J.- “A Intervenção Estrangeira durante a Revolta de 1893”. IN: SILVA, Leonardo Dantas da (org.)- *Nabuco e a República*. Recife, FUNDAJ/Ed. Massangana, 1990. p. 155-156.

tacando a importância e adequação da monarquia ao Brasil, e recusando teses recentemente divulgadas em textos de políticos republicanos sobre as raízes “naturais” da república na América. Nesta modalidade de obras criadas pela oposição monarquista projetam-se, além de *Um Estadista*, *A Ilusão Americana* de Eduardo Prado e *Memórias de meu tempo*, de Pereira da Silva, esta última contendo uma leitura do período imperial destoante e polêmica em relação às colocações de Nabuco.¹⁶

Nesta circunstância, Nabuco engrossou o contingente daqueles que militaram nos jornais e na pesquisa histórica. Entre janeiro e agosto de 1892, embora residindo em Londres onde novamente tentava se fixar, continuou a escrever para folhas brasileiras como correspondente. Entretanto, mal sucedido no intento de encontrar uma colocação na Europa, e premido por problemas familiares, voltou ao país para, juntamente com o trabalho na imprensa, retomar um projeto antigo (já pensado quando de sua estada da Inglaterra na década de 1880) – escrever a Vida de seu pai – projeto agora (re)significado por novas questões políticas: o engajamento na defesa da causa monárquica, as dissidências entre os monarquistas e a denúncia das mazelas do militarismo e do “terror” jacobinos, temas que orientariam todos seus escritos a partir daquele momento. Então, aliando política e sobrevivência, produziu arduamente: escreveu para o *Jornal do Commercio* os artigos que, mais tarde (em 1895) reunidos, formariam o livro de *A interven-*

¹⁶ Adversários no Parlamento Imperial durante todo o tempo em que ali atuaram, sendo Pereira da Silva conservador e Nabuco liberal, uma vez desalojados de seus cargos, os ex-deputados continuaram a polemizar, nas obras que escreveram, sobre as razões da queda da monarquia. A propósito conferir o texto introdutório de Célio Tasinafo que acompanha a segunda edição da obra de Pereira da Silva: TASINAFO, C.R.- “Memórias do Meu Tempo: política como ciência experimental”. IN: PEREIRA DA SILVA, J.M.- *Memórias do meu Tempo*. 2ª. ed. Brasília, Edições do Senado Federal, 2003. 3 v.

ção estrangeira e a revolta da Armada. Além disso, selecionou a documentação e preparou o esboço dos 3 volumes de *Um Estadista*.

A instalação do governo civil de Prudente de Moraes, a concessão da anistia aos rebeldes federalistas e monarquistas e o conseqüente afrouxamento da repressão a este ultimo grupo – especialmente após a morte de Floriano e de Saldanha da Gama ocorridas em junho de 1895 – assinalaram um terceiro momento (1895-1898) no percurso monarquista. Admitindo a força do republicanismo no país – apesar de fragmentado em várias correntes, dentre as quais se destacava o jacobinismo – e contando com a frágil abertura franqueada pelo novo governo, a oposição planejou a montagem de um partido monárquico que agisse legalmente no jogo partidário, e uma aguerrida propaganda na imprensa.

Os novos procedimentos sinalizavam mudanças nas concepções e estratégias desta oposição. Ela passava a aceitar a idéia de que a república – inclusive o jacobinismo – tinha respaldo em setores significativos da população, setores que se propôs conquistar por meio da propaganda e da organização partidária. Mas o consenso nestes assuntos terminava aí. As diferenças eclodiram, por exemplo, na definição dos temas e linguagem desta propaganda, das proposições que constariam dos manifestos, dos métodos de atuação do partido, do espaço para as facções nas folhas monarquistas. Foram diferenças deste teor que levaram à exclusão de Nabuco do manifesto monarquista preparado no Rio de Janeiro, manifesto que ele, inclusive, auxiliara a redigir. Elas o levaram ainda a recusar uma participação no jornal *Liberdade*, capitaneado por Ouro Preto e Carlos de Laet, um de seus desafetos; e a desistir da chefia da redação do *Jornal do Comércio de S. Paulo*, folha de propriedade de Eduardo Prado. Além de exigir autonomia no gerenciamento das publicações, Nabuco não aceitava o

princípio do “quanto pior melhor” e a previsão de uma queda próxima da república – pressupostos aceitos por muitos monarquistas – divergências que o fizeram resistir à idéia de uma agitação enérgica fundada em ataques pessoais aos adversários. Neste sentido, contrapunha uma campanha de longo prazo visando a (re)condução da sociedade a um pacto político civilizado: ou ao regime monárquico – escolha que considerava moldada para as condições do país – ou, na impossibilidade deste retorno, pensava em uma (re)configuração da república de maneira a assemelha-la à experiência chilena, idéia externada no livro *Balmaceda* publicado no início de 1895. Respondendo ao convite de Eduardo Prado para assumir a chefia da redação de *O Comércio de S. Paulo*, explicou que não poderia fazer um jornal de agitação ou panfletário pois compreendia que o papel da imprensa naquele momento deveria ser “o de um médico em um hospício de alienados”. Eis suas proposta:

*“Há três modos, a meu ver, de fazer um jornal monarquista neste momento. Um é faze-lo jornal restaurador, centro de agitação, um jornal na linguagem da **Autorité** ou da **Libre Parole**. Esse jornal ou era recebido com indiferentismo, se fosse escrito sem talento, ou realmente assustava os guardas da República, que açulariam o exército contra ele. Esse jornal eu não o faria. Estou convencido de que não há segurança para ele; que seria uma provocação seguida de uma fuga, se não o fosse de um massacre de tipógrafos e revisores. O segundo modo de fazer o jornal é faze-lo instrumento de demolição. Não foi o panfleto que matou a monarquia, foi o espírito da **Gazeta de Notícias** e da piada de guarda-livros portugueses. O gênero Rochefort é um gênero terrível, eu o reconheço. Esse jornal eu não o poderia fazer. Há um terceiro modo – é um jornal que reconhecendo a força da atual tendência republicana a trate como uma doença da ignorância ou da razão, e cujo papel na imprensa possa ser comparado ao de um médico em um hospício de alienados. ‘Au fond de toute femme, il y a*

une douce folle qu'il faut ramener par des caresses et des suaves paroles', disse o nosso mestre Renan. Tire as 'doces carícias' e aí está o caso da idéia republicana, sobretudo na mocidade e o modo de tratá-la. Esse seria o meu jornal. Um jornal monárquico como o entendo teria que semear primeiro a tolerância. Só quando ela tivesse entrado nos quartéis e nas escolas militares (parece um sonho) e à sombra dela, é que ele pensaria em fazer agitação monárquica ou ajudar a que se fizesse em redor dele (...); ficava entendido que o jornal não sofreria a censura de nenhum dos grupos ou diretórios enquanto durasse o meu contrato, que eu seria o capitão do navio em alto mar"¹⁷.

Suas opiniões acabaram por isola-lo na oposição e levaram-no a escrever na imprensa apenas o necessário para sobreviver. Preferiu dedicar-se ao preparo de livros – além de *Um Estadista*, organizou *Balmaceda, A Intervenção Estrangeira e a revolta da Armada* –, idealizou uma biografia do Imperador e uma história do abolicionismo. Também deu continuidade à polêmica com ex-correligionários registrada, por exemplo, no opúsculo *O dever dos monarquistas* (1895)¹⁸, escrito em resposta às críticas feitas pelo barão de Jaceguai à monarquia.

Embora mais confortável do que nos anos anteriores, a situação dos oposicionistas ainda era delicada durante a gestão de Prudente de Moraes. Apesar de encoberto, o “terror jacobino” de cunho florianista (representado no governo pelo vice presidente Manoel Vitorino) continuava atuante e, principalmente, ameaçador em relação aos restauradores e mesmo ao presidente civil, conforme testemunha uma tentativa frustrada de assassinato ocorrida em novembro de 1897, que vitimou o

¹⁷ NABUCO, J.- *Cartas a Amigos*. v. 1. p. 264-5.

¹⁸ NABUCO, J.- *O dever dos monarquistas. Carta ao almirante Jaceguay*. R. De Janeiro, Typ. Leuzinger, 1895. O opúsculo vinha responder um artigo do almirante, de título “O dever do momento”, recentemente publicado no *Jornal do Comércio*.

ministro da guerra Marechal Machado Bittencourt. Em virtude das derrotas do Exército republicano frente ao Arraial de Canudos, interpretada como uma “conspiração restauradora”, a ameaça jacobina havia atingido seu ápice naquele ano. Em retaliação àquelas derrotas, empastelaram jornais da oposição e, no Rio de Janeiro, assassinaram o cel. Gentil de Castro, proprietário de uma destas folhas, episódios que obrigaram muitos monarquistas, dentre eles Nabuco, a deixar a cidade. Em carta a Rebouças, datada de março de 1897, expressou sua opinião sobre o jacobinismo dominante, sobre o perfil, o destino e as causas dos problemas do país e sobre como achava que se deveria proceder diante deles: compreender as causas naturais e históricas da selvageria e da violência e ter a paciência cobrada pelos desígnios divinos para ultrapassá-los:

“Estamos outra vez neste desgraçado país sob o terror jacobino. Os monarquistas desapareceram da cidade por não se encontrarem com a masorca Tiradentes, com ‘les bandes de massacreurs’ que lincharam o pobre Gentil de Castro no trem de Petrópolis. A morte do Moreira César tem alguma coisa que parece a mão de Deus. Ele que fez matar tanta gente em Santa Catarina, fazendo desaparecer os corpos, foi morrer no sertão da Bahia da bala de um jagunço, tendo a cabeça, segundo se diz, levada para Canudos. A derrota foi um pânico, uma fuga, que muito desmoraliza o nosso exército. É um golpe no prestígio do exército como a revolta o foi no prestígio da armada, e a diminuição do ascendente militar no espírito dos republicanos é um impulso para a anarquia do país. Os monarquistas que nada tiveram com o Antonio Conselheiro, que não são culpados do pânico da tropa nem de sua incapacidade para tomar um lugarejo defendido por fanáticos quase sem armamento, foram logo responsabilizados por tudo! Destruíram tudo quanto havia nas tipografias monarquistas e mataram a revólver o Gentil de Castro, que era o grande amigo, como você sabe, do ouro Preto. A nossa condição aqui é esta; ao menor contratempo da república, a cada inépcia que ela comete, asneira que faz ou que

*lhe sai mal sucedida soltam o grito de mata monarquista! E a rua do ouvidor (hoje Moreira César!) enche-se de 'sans-culottes' prontos para qualquer serviço. Eis a que reduziram o nosso país. De um povo honesto e sério que éramos tiraram essa escória sanguinária e epilética que hoje nos governa, dominando as ruas e impondo o governo. Seja tudo pelo amor de Deus. A pátria é assim mesmo, é preciso não recusa-la nesses momentos em que ela se torna selvagem e hedionda, porque esta manifestação é o resultado e a expressão de causas anteriores acumuladas, é o erro das gerações passadas que dá o seu fruto. É preciso deixar passar o carnaval de sangue e a onda de lama, fiel ao nosso próprio destino, que foi nascermos brasileiros(...)"*¹⁹

Foi neste clima de convivência com o militarismo e o terror jacobinos, ora explosivos ora encobertos, vigentes entre 1893 e 1897, e sob o receio constante de sua intervenção, que o texto de *Um Estadista* ganhou corpo, foi finalizado e publicado. Seu conteúdo demonstrou a republicanos e monarquistas de vários matizes as origens históricas daquela “doença republicana” que acometia alguns governantes e iludia uma população imatura e despreparada para o exercício da política. E tentou fazê-los compreender, a partir da experiência monárquica, os princípios e procedimentos do “liberalismo autêntico” e da política com P maiúsculo. Para Nabuco, esta modalidade de política pressupunha premissas: a soberania da ordem sobre a anarquia; da tolerância sobre a força bruta; da argumentação burilada como conhecimento e arte, voltada para o esclarecimento dos erros do presente e do passado, no lugar da propaganda panfletária. Também pressupunha precisos procedimentos políticos: a primazia das reformas sobre as revoluções e das conciliações de cunho conservador ao exclusivismo e radicalismo partidário. Todavia, a tolerância e a conciliação concebi-

¹⁹ NABUCO, J.- *Carta a Amigos*, p. 274-5.

das por Nabuco tinham balizas muito claras: deveriam estar subordinadas ao princípio da ordem e da autoridade, traços que, em seu entender, não comprometiam seu perfil liberal, pois inspiravam-se num lema recorrente na história do Império e no desempenho de seus grandes estadistas: “poupar os submissos e debelar os soberbos”. Isto significava que, na experiência brasileira, não poderia haver qualquer tipo de contemplação com os “jacobinos”, ou com “as influências locais”, quando insubmissos. Vejamos como a argumentação e análise realizadas pelo historiador Nabuco em *Um Estadista* privilegiam estes princípios ao narrar o desempenho de Nabuco de Araújo e rememorar o passado da nação.

2. REFORMA CONTRA REVOLUÇÃO: MEDIAÇÕES ENTRE A POLÍTICA E NARRATIVA DA HISTÓRIA DO IMPÉRIO

Parcere subjectis, debellare superbos.²⁰

*(...) era organicamente um liberal, mesmo quando dava todo seu apoio ao princípio da autoridade, quando se dizia conservador(..) porém, um conservador que quer conservar as obras sólidas do passado, mas também construir as obras novas da geração que dirige” (...).*²¹

(...) a necessidade da época é consolidar o princípio da autoridade em relação a todas as influências, a todos os partidos, a toda a sociedade; é preciso que a autoridade adquira o respeito de todos, para que possa ser poderosa para com todos e contra todos(...)”²²

²⁰ Poupar os submissos e debelar os soberbos. *Eneida*, 6, 853. VIRGILE - *Éneide*. Textes établies par Henri Goelzer. 12^e ed. Paris, Le Belles Letres, 1966.

²¹ NABUCO, J.- *Um Estadista*, p. 74. v. 1.

²² *Idem, ibidem*, p. 145-146.

Um Estadista do Império foi planejado entre 1893 e 1894, durante a Revolta da Armada, “quando ao revolver a poeira de nossas lutas pacíficas eu ouvia o duelo da artilharia do mar e da terra nesta baía”, finalizado e publicado entre 1896 e 1899. Seu texto teceu, conjuntamente, a biografia do ministro, senador e conselheiro José Thomaz Nabuco de Araújo, e a história da monarquia no Brasil até 1878,²³ fundamentadas num minucioso trabalho de reflexão sobre o biografado e a política monárquica; numa criteriosa seleção de artigos de jornais, discursos parlamentares e de outros documentos que integravam o arquivo particular de Nabuco de Araújo, além de outras obras disponíveis sobre a história do império.²⁴ No conjunto, o Autor construiu uma narrativa que avaliou as práticas revolucionárias (identificadas com o regime republicano) e as reformistas (remetidas à monarquia constitucional, em especial aquelas pautadas pelo princípio da *conciliação*), vivenciadas no Império, que rigorosamente condenou as primeiras e valorizou as segundas.

A premissa “*reforma contra revolução*” preside a narrativa do historiador. Nabuco periodizou a história do Império dividindo-a em

²³ A decisão de preparar a biografia de Nabuco de Araújo era uma idéia antiga. planejada desde 1881, quando Nabuco se “exilou” em Londres pela primeira vez, e foi mencionada em carta ao barão de Penedo. Carta a Penedo de 8.7.1881, citada por NABUCO, Carolina - *A vida de Joaquim Nabuco*. p. 149.

²⁴ “O meu primeiro trabalho foi ler todas as peças e documentos e tirar deles o que pudesse figurar na Vida que eu planejava. Esse trabalho preparatório ocupou-me de 1893 a 1894, principalmente durante os meses da revolta(...) Uma vez terminado o trabalho de separação ou de eliminação, tratei de reunir e dispor cronologicamente o material escolhido, ligando-o peça por peça de modo a formar o arcabouço completo da obra. Depois de ter dado esta primeira forma, já de vida, à obra toda, foi que comecei a preparar para a imprensa os primeiros capítulos(...) O importante para mim era impedir que o arquivo de meu Pai tivesse a sorte dos papéis de quase todos os homens que figuraram na história do país. *Um Estadista*, Prefácio, p. VII-VIII.

dois grandes momentos: o primeiro, signatário das revoluções e da consolidação da opção monárquica (1813-1840), e o segundo (1840-1889) – período das reformas pacíficas, a *Grande Era Brasileira* (o Segundo Reinado) – da plenitude do regime. Ainda, subdividiu grosso modo esta última etapa em três fases: 1840-1850, momento de moldagem da ordem interna com o fim das revoluções e o aperfeiçoamento do sistema parlamentar; 1850-1878, período de grandes e efetivas reformas pacíficas e de apogeu da monarquia e, finalmente, 1879-1889, fase que não chega a explorar – pois o biografado faleceu em 1878 – etapa de declínio devido á doença do imperador, o retorno das agitações (abolicionista, republicana e militar) e o desaparecimento dos grandes estadistas. Apesar de acompanhar todo o período de duração da monarquia, Nabuco privilegiou os anos de 1850 a 1878, época de “*lutas pacíficas e de conciliação política*”. Destacou a atuação de Pedro II, de Nabuco de Araújo e de outros estadistas; o funcionamento do regime monárquico constitucional, em especial a “*política de conciliação*” de Paraná que encaminhou o fim do tráfico e as reformas financeira e eleitoral. Destacou, ainda, a constituição e definhamento da Liga Progressista, a reforma do Partido Liberal, em 1869, e a promulgação da lei de 28 de setembro de 1871, estas últimas consideradas as obras mais importantes do estadista Nabuco de Araújo.

Homenagear a memória do imperador, dos estadistas do império e, especialmente de seu pai, destacando seu papel político de “reformador liberal”; e demonstrar a superioridade da monarquia sobre a república e, sobretudo o risco das revoluções liberais de inspiração girondina e jacobina, parecem ter sido as razões mais evidentes do livro. Nabuco retomou o passado para destacar a contribuição do regime monárquico parlamentar na construção, sobrevivência e progresso da

nação; no exercício e confecção do “autêntico liberalismo” – aquele que permitia a prática da política civilizada; além de comprovar sua adequação às condições sociais e físicas do país, decorrentes de práticas já condenadas pela “civilização”, em especial ao feudalismo e à escravidão. Neste sentido, contrapôs as vicissitudes vivenciadas na independência e, principalmente, na regência – momento de uma primeira experiência republicana – com a tranqüilidade propiciada pelos cinqüenta anos do segundo reinado. Para ele, a república de inspiração girondina ou jacobina, sinônimo de revoluções, anarquia, despotismo e risco à integridade do império, constituía a negação da obra monárquica, e já tivera, sem sucesso, sua chance histórica. E, se fora tolerada como uma atitude imatura e de despreparo inscrita na juventude da nação, não haveria como justificá-la nestes tempos outros de amadurecimento.

A CONDENAÇÃO DAS REVOLUÇÕES: O 7 DE ABRIL E A PRAIEIRA

Tais premissas fundamentaram sua leitura sobre os acontecimentos ocorridos entre 1822 e 1870. Representou o império como um ser vivo, e construiu a história de sua vida conciliando o depoimento (e os documentos) de Nabuco de Araújo, com trechos de outros relatos sobre a história política do Império – de John Armitage, Justiniano José da Rocha e Teófilo Ottoni²⁵; e informações de outras fontes.²⁶ A

²⁵ Respectivamente: ARMITAGE, J.- *História do Brasil desde o período da chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, compilada a vista de documentos públicos e outras fontes originais formando uma*

recorrência ao imaginário orgânico possibilitou uma analogia entre a vida de Nabuco de Araújo e o percurso da monarquia²⁷, pressuposto que lhe permitiu projetar o testemunho do pai como experiência modelar na compreensão da trajetória e constituição do Império, do desempenho de seletos grupos de estadistas que o instituiriam e conduziram até 1878, e da prática liberal no Brasil. Assim, a infância e a adolescência do estadista coincidem com o nascimento e a mocidade da nação, ou seja a independência e o período da regência. O autor mesclou as atribuições da vida do pai e do avô – que desempenhava a função de juiz da alfândega em Belém do Pará – com o desassossego vivenciado pelo país nos anos de 1821 a 1835. Integrando política e natureza, assim como Justiniano José da Rocha²⁸, interpretou o con-

continuação da História do Brasil de Southey. 2a. ed. B. Horizonte-Itatiaia; S. Paulo-EDUSP, 1981 p.47-126; ROCHA, J.J. da - *Ação, Reação, Transação: duas palavras acerca da atualidade*. IN: MAGALHÃES JR, *Três Panfletários do Segundo Reinado*, S. Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1956, p. 161-218; OTTONI, T. B. - *Circular dedicada aos senhores eleitores de senadores pela província de Minas Gerais no quadriênio actual e especialmente dirigida aos senhores eleitores pelo 2o. districto eleitoral da mesma província para a próxima legislatura, pelo ex-deputado Teophilo Benedicto Ottoni*. Prefácio de Basílio de Magalhães. 2a. ed. *Revista do I.H.G.B.* Tomo LXXVIII (2a. parte) R. de Janeiro, Imprensa Nacional, 1916.

²⁶ Para os acontecimentos de 1822 a 1837 recorre também a: RAIOL, - *Motins Políticos*.; ABREU E LIMA - *Compêndio de História do Brasil*; PEREIRA DA SILVA - *História do Brasil de 1831 a 1840*.; MELLO MORAIS - *A Independência*.; VISCONDE DE GOYANNA - *Apontamentos da vida política do visconde de Goyanna*.; e artigos do *Correio Mercantil* da Bahia e do Rio de Janeiro

²⁷ A narrativa destaca a coincidência entre os marcos da vida do biografado e da monarquia. Por exemplo, em 1823 acontecem as guerras da independência da nação e a morte da mãe de Nabuco de Araújo; em 1831 a abdicação e o ingresso do biografado na Academia de Olinda; em 1840, a maioria e o casamento do jovem político; em 1850, a afirmação do Império e o reingresso de Nabuco de Araújo na vida parlamentar; em 1878, a morte do senador e o início do declínio da monarquia.

²⁸ O texto de *Ação, reação, transação* publicado pelo deputado conservador Justiniano José da Rocha em 1855, no auge do confronto entre as lideranças conservadoras

fronto entre patriotas e portugueses e a revolução que se seguiu, como resultado de um *antagonismo de raça* que deu vazão à “*explosão demagógica do novo espírito nacional, excitada pelos especuladores políticos*”.

Neste sentido, Nabuco assinala o contraste entre a segurança do primeiro reinado – onde se gozou da *proteção de um monarca* domador de ambições – e a situação de risco implantada pelo 7 de abril. Ainda, contrapõe o comportamento irrefletido e despótico dos revolucionários – *ignorantes do sistema constitucional* – com a *magnânimidade* do imperador na abdicação. Assim, a nação aparece como signatária da imaturidade e despreparo para o exercício da política, expresso, por exemplo, no equívoco de procurar imitar a Europa confun-

na Câmara e o Presidente do Conselho de ministros, o marquês de Paraná, combinou traços orgânicos e mecânicos na criação de um esquema elucidativo do percurso da história da nação. Nele o autor ordenou os eventos políticos do passado em três períodos necessários: um de predomínio da *ação* (1822-1836), outro da *reação* (1837-1852), e um terceiro de *transação* (1852-1856). Depois os subdividiu em cinco fases: **ação: luta** (1822-1831), **ação: triunfo** (1831-1836); **luta da reação** (1836-1840); **triunfo monárquico** (1840-1852); e **transação** (1852-1856). Além de periodizar a história política, disciplinou-a, submetendo-a a duas leis existentes na natureza. A primeira, de **ação-reação**, compreende etapas cíclicas sucessivas e inevitáveis, resultantes do confronto instintivo e “*eterno entre a liberdade e a autoridade*”. A segunda, a **lei do progresso**, imprime a este ritmo a possibilidade de algum avanço, quando a *luta ação-reação* fosse substituída pela moderação e racionalidade da *transação*. Tal esquema interpretativo concebeu a política como ciência e atrelou-a quase que exclusivamente ao movimento da natureza, tornando suas origens e desenvolvimento transparentes e previsíveis. Dessa forma, pretendeu superar outras explicações para as ocorrências históricas, consideradas mais instáveis e subjetivas, em voga na época: os interesses pessoais, a moral, o destino, o drama, a farsa, e a tragédia. Fundamentando-se num imaginário capaz de explicitar comportamentos mediados pelo instinto, ou pela razão, assim como “*no estudo refletido da história e na ciência do político demonstrada*”, almejou colocar-se acima das paixões partidárias, e, professoralmente, fazer uma releitura do passado para retirar lições a serem ensinadas aos políticos do presente. Conferir ROCHA, J.J.da - *Ob. Cit.*

dindo “*a nossa situação à da França*”, e de identificar Pedro I – um soberano constitucional – com um déspota, sucedâneo nacional de Carlos X. Sobre o significado do primeiro reinado e a decisão de Pedro I no 7 de abril – *magnânima* no respeito à Constituição e responsável no contornar a guerra civil – Nabuco partilhou a opinião e ampliou a argumentação do político conservador Justiniano J. da Rocha.

Associando, à sua maneira, vários depoimentos, particularmente Armitage, Rocha e Ottoni, e certamente, Nabuco de Araújo, o autor projetou diferentes significados para o 7 de abril. No entender do historiador, se a situação tivesse sido conduzida por verdadeiros estadistas – homens de saber experiência e bom senso, cujo exemplo maior era o do próprio Imperador – e não tivesse imperado a impaciência dos exaltados, poder-se-ia ter evitado a forma tumultuada do desfecho a que se chegou, até porque “*A revolução do 7 de abril, conseguiu apenas impor subitamente a Pedro I uma solução que já estava aceita por ele e para a qual faltava somente combinar as últimas providências e escolher o momento*”,²⁹ Naquela circunstância, Pedro I conciliara compromissos políticos e afetivos: fora um “*desquite amigável*” com a nação pois evitara a guerra civil, uma medida serena e racionalmente cogitada por ele, que lhe assegurou o trono português, seu dever paternal e “*seu papel histórico de herói de dois mundos*.”³⁰

Para outros segmentos da sociedade foi um grande engano, imagem apropriada a Ottoni, mas para a qual Nabuco, ampliando o con-

²⁹ “ (...) A não ser a impaciência, o pessimismo, de políticos exaltados, que viam o embrião do despotismo em qualquer resistência do Imperador a idéias que não partilhava desde logo, e descobriam em D. Pedro I um segundo D. Miguel, a revolução de 7 de abril teria sido evitada com vantagem para a própria causa democrática.” *Um Estadista*, p. 19.

³⁰ *Idem, ibidem*, p. 18-19.

tingente de iludidos, conferiu significados diversos. Para o exército, a participação no 7 de abril fora um grande equívoco, pois enquanto o Imperador sempre o promovera, os regentes o combateram e dispersaram. Conforme assinalara Armitage, o liberalismo brasileiro atribuíra pouca importância à eficiência militar, fato que podia ser comprovado nas tarefas conferidas ao exército tanto no 7 de abril quanto no 15 de novembro.³¹ Para os *exaltados*, e aqui Nabuco reproduziu apenas Ottoni, foi uma verdadeira *journée des dupes*, já que, no dia seguinte, foram aliçados da aliança revolucionária pelos moderados, como inimigos da sociedade. E, não poderia ter sido de outro modo:

*“A fatalidade das revoluções é que sem os exaltados não é possível fazê-las e com eles é impossível governar. Cada revolução subentende uma luta posterior e aliança de um dos aliados, quase sempre os exaltados, com os vencidos. A irritação dos Exaltados trará a agitação federalista extrema, o perigo separatista, que durante a Regência ameaça o país de norte a sul, a anarquização das províncias.”*³²

³¹ “A intervenção militar na revolução era sumamente injusta, porquanto o melhor amigo do exército era o Imperador. Pedro I, quaisquer que fossem suas faltas, tinha em relação ao exército uma compreensão muito mais clara da sua necessidade e do seu papel do que a legislatura cuja hostilidade o derribou. Ao liberalismo brasileiro a eficiência militar do exército pareceu sempre secundária; a sua função primordial, consagrada em 7 de abril e em 15 de novembro, é a grande função cívica libertadora. No primeiro reinado ninguém levou a mal sinceramente o malogro das armas brasileiras no Prata (...) O historiador do reinado [Armitage] atribui mesmo aos nossos desastres militares os mais salutares efeitos na ordem civil. Segundo ele, a constante má fortuna das armas brasileiras produziu o resultado de desanimar as vocações militares e de inclinar as energias da geração nova para as carreiras civis, o que preservou o Brasil de uma completa anarquia [semelhante aquela ocorrida na América espanhola]. *Idem, ibidem*, p. 19-20.

³² *Idem, ibidem*, p. 21.

Da mesma forma os *patriotas* que apoiaram a revolução, especialmente os soldados arregimentados pelo *ressentimento nacional*. Tal ressentimento foi compreendido, sobretudo, como *antagonismo de raça*, razão que sobrepujou outras discordâncias ou o “*fermento político ou as excessivas declamações da oposição*”. Deste ponto de vista, Nabuco, divergindo de Justiniano, fez o significado do ato da independência perdurar e tornar-se apenas *instinto*, minimizando o sentido político da abdicação. Considerou – lembrando Ottoni mas, apenas no sentido da duração – o 7 de abril “*uma repetição e uma consolidação do 7 de setembro*”, mais uma reação instintiva, antagonismo de raça, do que o resultado da propaganda política. Ele teria sido instigado, inclusive, pela imagem da “*subserviência à influência portuguesa*”:

“Outro desapontamento foi o dos patriotas. A força motora do 7 de abril, a quem deu impulso o elemento militar, foi o ressentimento nacional. Em certo sentido, o 7 de Abril é uma repetição, uma consolidação do 7 de setembro(...). O fermento político da revolução foi secundário, a excitação real, calorosa, foi o antagonismo de raça; então facilmente explorável. O tope nacional concorreu mais para a volta da tropa do que as excessivas declamações da oposição”³³.

Porém, “*a maior decepção de todas*” é atribuída à **nação**, ou à “*minoría política que ela representa*”, quer dizer os *Moderados*;³⁴ aquela classe representativa do país, que assumira o governo e tornara,

³³ *Idem, ibidem*, p. 22.

³⁴ “A situação política do partido Moderado era tal que se não fosse o terror da restauração ele se teria esfacelado, logo em começo, e que se não fosse o mesmo terror nenhuma reforma teria ele feito. A nação sem desejar a volta de Pedro I era todavia *caramurú*, isto é, voltava sua simpatia e confiança para os homens que a revolução tinha posto de parte.” *Idem, ibidem*, p. 24.

no entender do “*espírito conservador*”, “*os jovens príncipes seus reféns*”. Na construção do perfil dos *Moderados* que conduziram o 7 de abril, Nabuco associou imagens apropriadas de Ottoni – tinham horror, ao mesmo tempo, à restauração de Pedro I e aos exaltados; de Rocha – eram profundamente inexperientes; e de Armitage – a nação sabia de sua dívida com Pedro I, ou seja era preciso preservar a monarquia constitucional. Os dirigentes que “*a revolução produziu eram na sua maior parte homens novos sem tirocínio cuja inexperiência devia inspirar quase compaixão ao grupo de estadistas provectoros do primeiro reinado*”³⁵ pois, ao fazerem a revolução, esperavam do Imperador apenas a mudança de ministério ou o “*abandono de uma camarilha suspeita*”. A abdicação os surpreendera profundamente mas, coube a eles reagir e “*voltar a máquina para trás, fato nada singular nas revoluções: os revolucionários passavam, de um momento para outro a conservadores, quase reacionários(...)* A nação não podia esquecer num momento o que devia a Pedro I”.³⁶ Referendando Justiniano José da Rocha, comentou: “*o que fez a grande reputação de Feijó, Evaristo e Vasconcelos, não é o que eles fizeram pelo liberalismo, é a resistência que opuseram à anarquia*”.³⁷

³⁵ *Idem, ibidem*, p. 23

³⁶ *Idem, ibidem*, p. 22.

³⁷ “Foi esse o papel de Evaristo sustentando a todo o transe a monarquia constitucional contra os aliados de véspera. Os revolucionários passavam assim de um momento para outro a conservadores, quase a reacionários, mas em condições muito mais ingratas do que a do verdadeiro partido conservador quando defende a ordem pública, porque tinham contra si pelas suas origens e pela sua obra revolucionária o ressentimento da sociedade que eles abalaram profundamente. Foi essa a posição do partido Moderado que governou de 1831 a 1837 e que salvou a sociedade da ruína, é certo, mas da ruína que ele mesmo preparou. *Idem, ibidem*, p. 22-24.

A interpretação do autor sobre a revolução do 7 de abril e a re-
gência reiterou um argumento essencial na tese que relacionou forte-
mente liberalismo e monarquia e rejeitou a república sob sua forma sul
americana, inscrita nos textos de Francisco Sales Torres Homem, o
“Timandro”³⁸ e Ottoni³⁹. Em primeiro lugar, Nabuco, muito menos

³⁸Entendimento diverso projetaria o deputado liberal Torres Homem, o Timandro, quando, em 1849, engajado na defesa da Rebelião Praieira, escreveu *O Libelo do Povo*. Preservando o sentido inequívoco de progresso e a prevalência da razão para avaliar todas as experiências revolucionárias dirigidas pelos cidadãos proprietários, alinhou, num mesmo processo, a Revolução da Independência, o 7 de abril e a Revolta Praieira. Espelhando-se nos exemplos da revolução americana e das revoluções liberais européias de 1848, ele compreendeu estes confrontos como atos políticos, encaminhamentos adequados e incontornáveis na conquista e conformação da soberania da nação e da monarquia constitucional, direitos representativos do progresso e afinados com as idéias do século. Nesta medida, os patriotas brasileiros, assim como os cidadãos da república americana e dos reinos europeus, enfrentavam a resistência e as reiteradas intervenções de forças absolutistas e retrógradas que procuraram fazer naufragar este processo de construção da soberania da nação em 1824, em 1837 e em 1848. Descartando a idéia de que resquícios do passado colonial pudessem se tornar entraves à construção desta soberania, como a escravidão, por exemplo, Timandro interpretou a situação brasileira como perfeitamente preparada para assumir o perfil da república norte-americana ou das monarquias constitucionais da Europa. Ainda, considerou-a, do ponto de vista político, como mais avançada do que a européia, fato sobejamente comprovado pelo desempenho da nação na experiência regencial. Para Timandro a revolução é legítima porque foi uma luta dos cidadãos contra a opressão. *HOMEM, F. S. T.- O Libelo do Povo* IN: MAGALHÃES JR, *Três Panfletários do Segundo Reinado*, S. Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1956, p.47-126.

³⁹ Outra seria a interpretação do veterano político liberal Teófilo Ottoni. Na *Circular* endereçada a seus eleitores, quando do pleito para a Câmara temporária de 1860, denunciou as arbitrarias intervenções do Poder Moderador que vinham inviabilizando uma política de efetiva “conciliação” entre os partidos, e a vigência de uma genuína monarquia constitucional. Nela, a revolução do 7 de abril “concilia” imagens já consagradas por Armitage e Timandro; ou seja, havia sido sinônimo de progresso, de ação presidida pela razão e de ponto de chegada inevitável, porque sintonizada com as conquistas do século. Contudo lembrando Rocha, os políticos e a sociedade do Império não estavam preparados. As revoluções intentadas na independência, no

condescendente que Armitage⁴⁰, Justiniano e Ottoni no trato com os moderados, descartou a idéia de que eles tivessem feito algo pelo liberalismo no Brasil; apenas resistiram “à anarquia que eles mesmos ha-

7 de abril e na revolta de S. Paulo e Minas haviam sido ainda prematuras para as circunstâncias do país. Embora signatárias do progresso e desta atualidade, e concretizadas por alguns políticos efetivamente imbuídos de bom senso e de espírito liberal, que perseguiram uma aproximação com as nações mais avançadas do tempo – sobretudo com a república norte-americana e com algumas monarquias européias³⁹ – elas não haviam atingido os objetivos esperados. Refém dos trezentos anos de vivência da escravidão e ainda enredada no movimento mecânico e natural de ação e reação, a nação era, por um lado, presa fácil do reacionarismo de muitos políticos apegados ao absolutismo; e, por outro, ameaçada pela anarquia e desordem típicas da ignorância que ainda dominava grande parte da população. Esta imaturidade política também se expressou nos equívocos de seus ministros e parlamentares que, pautando sua conduta na lisonja e nos interesses pessoais, vinham confundindo o Poder Moderador com o poder pessoal do Imperador, inviabilizando o sucesso das revoluções progressistas e a prática de uma verdadeira monarquia constitucional. Dessa maneira, a intervenção dos retrógrados, dos moderados, dos exaltados e de uma “*oligarquia*” que se estabelecera no poder no segundo reinado, desviara a revolução de seu curso natural – a construção de uma monarquia constitucional modelar, regime intermediário entre a monarquia e a república, a ser construído pela intervenção do Parlamento. Conferir OTTONI, T.- *Ob. Cit.*

⁴⁰O comerciante inglês, assíduo freqüentador do paço imperial durante o primeiro reinado, John Armitage, escrevendo em 1835, sob o impacto do falecimento de Pedro I e das decorrências do Ato Adicional, desenhou uma revolução necessária, quando conduzida por mãos habilitadas, como um momento inevitável na construção da civilização e do progresso. E, nas circunstâncias da independência e do 7 de abril, o autor – pressupondo a razão e a ação conseqüente dos políticos brasileiros – considerou-a madura e pertinente para o aperfeiçoamento da monarquia constitucional. Isto porque as circunstâncias políticas e sociais do Império brasileiro não espelhavam, exatamente, as européias, na medida em que aqui o feudalismo fora uma criação artificial e tardia, instituída no reinado de Pedro I. No Brasil, o feudalismo fora uma prática agregada a uma sociedade que, embora ainda abrigasse a barbárie da escravidão e tivesse convivido com o despotismo político inerente à condição colonial, vinha sendo gerenciada por cidadãos sensatos e inteligentes que aprendiam, rapidamente, desde a independência, o exercício conseqüente e moderado da monarquia constitucional. Nesse sentido, Armitage valorizou a revolução de inspiração francesa e girondina como prática instauradora da civilização. Conferir ARMITAGE, J.- *Ob. Cit.*

viam provocado”. Em segundo, interpretou a regência como a “república de fato” praticada:

*“nas condições mais favoráveis em que a experiência poderia ser feita. Ela tinha diante de si pela Constituição do Império treze anos para fazer suas provas; durante este prazo, que é o da madureza de uma geração, se o governo do país tivesse funcionado de modo satisfatório – bastava não produzir abalos insuportáveis – a desnecessidade do elemento dinástico teria ficado amplamente demonstrada”*⁴¹.

Concluiu que a vivência da República no Brasil não tinha contribuído para a autêntica causa liberal. Pelo contrário, ameaçara a existência do país que, com a maioria, retornara *suavemente* à monarquia e ao liberalismo. Mas, apesar de seus riscos, havia sido uma etapa típica dos organismos despreparados, necessária para atingir a maturidade, e que só poderia ser evitada se as circunstâncias fossem outras, e tivesse predominado a experiência e paciência signatárias da razão. A revolução do 7 de abril e a regência poderiam ter sido “*economizadas com grande vantagem, se em certos temperamentos as loucuras da mocidade não fossem necessárias para a mais elevada direção da vida. A agitação desses dez anos produz a paz de cinquenta que se lhe vão seguir*”. Elas cumpriram uma função histórica: “*desprender o sentimento liberal da aspiração republicana*”.⁴² Mas também prestaram um desserviço à nação: a anarquia por elas criadas (a revolução e a regência) reforçara o indesejável poder das “*influências locais*”.

⁴¹ NABUCO, J.- *Um Estadista*, p. 32

⁴² *Idem, ibidem*, p. 25.

O esquema interpretativo e o método utilizados na manipulação das fontes e na leitura sobre o 7 de abril orientariam também a interpretação sobre a revolta do partido da Praia ocorrida em Pernambuco entre novembro de 1848 e abril de 1849. Conciliando o depoimento (e os documentos) de Nabuco de Araújo e informações de outras fontes,⁴³ Nabuco historiou detalhadamente os acontecimentos tornando aquela revolta um modelo de revolução entendida como desordem e imaturidade. Identificou-a com aspirações políticas dispares, mescla de republicanismo e socialismo, e estabeleceu suas origens numa intrincada gama de motivações, dentre as quais o *feudalismo* vigente no Brasil, uma herança do Antigo Regime, teve um significado essencial.⁴⁴ O poder da feudalidade territorial fundamentava os abusos que estimulavam as paixões e instintos constitutivos do comportamento das massas favorecendo a atuação dos demagogos. Foi a conjunção destes fatores que fizeram explodir na Praieira o *movimento social*, o “*turbilhão popular violento, indiferente a leis e princípios*”, e despótico, característico da democracia:⁴⁵

A herança do Antigo Regime também explicava o oportunismo, a “*inexperiência política*” e o radicalismo – sinônimo de barbárie – da dissidência liberal que originara o partido da Praia, assim como seu sucesso político na província. Chegara ao poder em Pernambuco graças à

⁴³ RAIOL, - *Motins Políticos.*; ABREU E LIMA - *Compêndio de História do Brasil*; PEREIRA DA SILVA - *História do Brasil de 1831 a 1840.*; MELLO MORAIS - *A Independência.*; VISCONDE DE GOYANNA - *Apontamentos da vida política do visconde de Goyanna*; artigos do *Correio Mercantil* da Bahia e do Rio de Janeiro; depoimento do barão de Penedo, Francisco Inácio Carvalho Moreira

⁴⁴ NABUCO, J. *Um Estadista.* p. 63. ARAUJO, J.T.N.de - *Justa Apreciação do Partido Praieiro ou História da dominação da Praia.* Recife, Typographia de M.F. de Faria, 1847.

⁴⁵ NABUCO, J.- *Um Estadista.* p. 74-75.

manobra palaciana junto à facção áulica, e ali fizera uma administração truculenta que revolvera a sociedade, colocando-a num estado revolucionário. Pela violência, alterou os costumes, obrigando rendeiros e moradores a votarem contra seus “*patronos naturais*”, com quem, na maioria das circunstâncias, tinham uma relação antiga e estável.⁴⁶

Além da truculência, a imaturidade da Praia se expressou também em sua falta de organização. Embora fizesse proclamações monarquistas, aliara-se a conhecidos políticos republicanos – Borges da Fonseca, por exemplo – e adotara um programa impraticável, que conciliava “*o preconceito vulgar e retrógrado da nacionalização do comércio a retalho, com a republicana e socialista reivindicação do trabalho como garantia de vida para os cidadãos brasileiros*”.⁴⁷

Esta versão sobre a Praieira, além de registrar uma recusa das revoltas jacobinas e republicanas, aparentadas à violência e manipuladoras dos instintos das massas, reiterou o desfecho a ela conferido pelo presidente da Província Manoel Vieira Tosta e pelo juiz que conduziu o julgamento dos rebeldes – o biografado Nabuco de Araújo – que aplicaram pena exemplar aos réus acusados de instigar e comandar a rebelião. Todavia, para chegar a esta leitura dos acontecimentos pernambucanos, Nabuco privilegiou precisos testemunhos, em especial os escritos de seu pai e a versão criada pelo Chefe de Polícia da Província, Jerônimo Martiniano Figueira de Melo.⁴⁸

⁴⁶ *Idem, ibidem*, p. 65.

⁴⁷ *Idem, ibidem*, p. 72.

⁴⁸ MELO, J.M.Figueira de - *Chronica da Rebelião Praieira em 1848 e 1849*. R. de Janeiro, Typographia do Brasil de J.J. da Rocha, 1850. A 2ª edição foi publicada pelo senado Federal em 1978.

“REFORMA PARA CONJURAR A REVOLUÇÃO”: A “CONCILIAÇÃO” DE PARTIDOS E A “REFORMA” DO PARTIDO LIBERAL

A avaliação negativa de Joaquim Nabuco sobre as revoluções jacobinas em geral e a Praieira em particular teve também o intuito de valorizar outras estratégias diversas daquela praticada pelos liberais e pela Praia até a década de 1840, e que ele considerava retomadas pelos jacobinos republicanos na década de 1890. A queda dos grupos políticos liberais em setembro de 1848 e seu afastamento do poder, e a derrota da revolta praieira em 1849, efetivamente abriram espaço para novas experiências levadas a termo em sua grande maioria, a partir de então, por gabinetes conservadores, dentre as quais se destacaram a abolição do tráfico intercontinental de escravos, as reformas implantadas durante o gabinete Paraná; a reorganização do Partido Liberal em 1869-70, e a lei emancipadora do ventre, de 28 de setembro de 1871.

Nestas novas circunstâncias é que se projetaria a atuação do deputado, depois Ministro da Justiça deste Gabinete, Nabuco de Araújo que se dispôs a controlar a anarquia ameaçadora da unidade do Império disciplinando os “jacobinos” e as “influências locais” indesejáveis, submetendo todos à autoridade do Estado. Diferentemente dos praieiros que haviam recorrido às armas, o jovem político proporia uma “*reforma pacífica*”, a ser realizada “*dentro e a partir da lei*” no Parlamento, com o intuito de, num primeiro momento, “*impor a vontade do governo aos partidos, submeter a autonomia à autoridade, e debelar chefes que prejudicassem a causa pública*”.

O texto de *Um Estadista* procura projetar uma coerente trajetória para o juiz/deputado/ministro Nabuco de Araújo, desde o momento em

que inaugurou sua vida parlamentar na legislatura de 1843. Tal coerência pautou-se em princípios e práticas reiteradamente lembrados, que traçam o perfil de um profícuo e conseqüente “reformador”⁴⁹. Então, o biografado teria agindo sempre por “razões de Estado” e comprometido com a nação, a ordem e o progresso; motivado por um “idealismo prático e positivo” que legislava para “a sociedade presente, baseando-se no direito conservador e na concepção dos fatos como sintomas de um estado social que compete modificar prudentemente”. Por isso, teria invariavelmente defendido a idéia de que “não se poderia conceder ao cidadão o direito de recorrer às armas”, que “a propriedade era inviolável” e que se fazia urgente um “aperfeiçoamento do sistema parlamentar”.⁵⁰

Todavia, além do engajamento na obra de submeter as “influências locais” de todos os matizes políticos às orientações do governo, destacou a “tolerância e moderação” com que Nabuco de Araújo – sensível às mudanças políticas e econômicas apontadas pelo esgotamento da reação conservadora e a abolição do tráfico – assumira em relação aos derrotados de véspera, os liberais. Esta atitude de tolerância e aproximação de antigos adversários periodiza no texto de *Um Estadista* o final da etapa de “ação liberal” e início da “transação” que marcaria a política imperial até a década de 1870. Desta forma, em virtude do “espírito revolucionário ter feito bancarrota” o deputa-

⁴⁹ A obra projeta o envolvimento de Nabuco de Araújo em grandes projetos de reforma judiciária, criminal e hipotecária, em especial nas gestões do Marquês de Paraná (1853-56/7) e do Marquês de Olinda (1865-66), circunstâncias em que o biografado ocupou a Pasta da Justiça. Realça também o desempenho de Nabuco de Araújo no Conselho de Estado – a partir de 1866 – quando se dedicou à reforma da escravidão.

⁵⁰ NABUCO, J. - *Um Estadista*, p.46-50.

do Nabuco de Araújo defendeu a presença do liberal Souza Franco no Parlamento, e a reconciliação entre os partidos – numa relação numérica em que os conservadores imperavam soberanamente sobre os adversários de véspera – postura que o teria aproximado de Honório Hermeto e distanciado das lideranças conservadoras no Parlamento, inclusive de Olinda, Eusébio de Queiroz e de Justiniano José da Rocha:

*“A situação interna tinha-se modificado sensivelmente, a reação conservadora tinha gasto sua força, a calma entrara nos espíritos, as fronteiras dos partidos se iam, de fato obliterando. A revolução de Pernambuco, em vez de exaltar os ânimos, os havia repentinamente serenado; o espírito revolucionário tinha feito bancarrota. (...) A vitória sobre Rosas tinha aberto novas esperanças no país, despertado ambições mais largas (...) o grande abalo comercial da supressão do tráfico, fenômeno que se repetiu com os outros dois grandes golpes na escravidão, a lei de 19 de setembro e a lei do 13 de maio, longe de dar razão aos presságios de calamidades, foi um impulso salutar poderoso dado às energias latentes no país e o sinal de uma fase nova e diferente de atividade econômica”.*⁵¹

O discurso proferido na Câmara em 6 de julho de 1853, que ficou conhecido como *A Ponte de Ouro* – “talvez a oração parlamentar mais perfeita de Nabuco” – assinalou tanto a descoberta de um método brilhante e eficaz do orador⁵², quanto a emergência do estadista,

⁵¹ *Idem, ibidem*, p. 105.

⁵² Nele Nabuco de Araújo chegara ao “completo desenvolvimento de seu talento” demonstrando “não o estilo literariamente ornado, a alta retórica de Torres Homem” mas “o estilo do jurista consulto e pensador”. Dessa forma, o discurso projetara “o uso da imaginação” (que advinha da projeção dos acontecimentos), “a manifestação espontânea do pensamento em fórmulas sintéticas, a novidade dos pontos de vista, a demonstração da plausibilidade que lograva a aquiescência do auditório, o hábito de tratar os fatos como sintomas do estado social que se compete mo-

arauto do projeto político mais importante do Segundo Reinado e do Império: a “*política de conciliação*” de orientação conservadora, que se efetivaria pouco depois na gestão do gabinete presidido por Honório Hermeto Carneiro Leão. Nele o jovem estadista, discordando da atitude de oposição ao Ministério Monte Alegre assumida por grupos conservadores mais radicais, inclusive pela bancada pernambucana, sistematizaria magistralmente os princípios essenciais de sua atuação como legislador e “*reformador*”. Reafirmando a defesa da autoridade e o respeito às famílias influentes – pressupostos essenciais do partido conservador – mas também, concebendo a unanimidade como “*uma anomalia do sistema representativo*”, Nabuco de Araújo teria buscado uma solução reformista de meio termo: defendera o reforço do poder dos magistrados para coibir “*os abusos e ciúmes dos potentados*”, valorizara a grande propriedade e as “*influências locais*” submissas ao Estado e a associação dos partidos, procedimentos que não poderiam se efetivar se o governo e o partido (conservador) que o sustentava não fizessem algumas concessões à oposição. O discurso esclarece as intervenções necessárias para uma reforma nas práticas “feudais” vigentes, porém, respeitando “*a sociedade presente*”, as circunstâncias, e o direito de propriedade. Nenhuma das mudanças previstas naquele momento, tocou nas bases materiais do poder destas “*influências*”, ou seja, na grande propriedade territorial e nos direitos da escravidão:

“(…) Senhores, a missão do governo e principalmente do governo que representa o princípio conservador, não é guerrear ou exterminar famílias, antipatizar com nomes, destruir influências que se fundam

dificar prudentemente, o idealismo otimista caracterizado pelo confiança excessiva em medidas legislativas”. *Idem, ibidem* p. 109.

na grande propriedade, na riqueza, nas importâncias sociais; a missão de um governo conservador deve ser aproveitar essas influências no interesse público, identifica-las com a monarquia e com as instituições, dando-lhes provas de confiança para que possa dominá-las, dirigi-las e neutralizar suas exagerações. Se representais o princípio conservador como quereis destruir a influência que se funda na grande propriedade? (...) se quereis a conciliação, é preciso fazer concessões ao partido da oposição; mas, vede bem, para essa conciliação não podem deixar de ser consideradas e chamadas essas influências do partido da Ordem, porque elas são parte no litígio e não pode haver acomodação sem intervenção de uma das partes; (...) se o governo quer (...) fortalecer o princípio conservador, estendendo seu círculo, então deve dar mostras de confiança aos seus amigos, não desenganar (...) as dedicações e atividades do partido conservador, não neutralizar seus elementos, mas dirigi-los e aproveitá-los (...) deve reorganizar o partido se está mal organizado, deve procurar dominá-lo (...)"⁵³.

A oportunidade para tentar concretizar esta proposta aconteceria poucos meses mais tarde pois, segundo o historiador Nabuco, “a conciliação estava nos espíritos, o ministério Rodrigues Torres e sua orientação de defender a singularidade e a inteireza dos partidos estavam gastos pelo seu longo domínio e não podia inspirar confiança”. Entretanto, apesar da oportunidade inscrita no “espírito dos tempos”, o implemento de uma política de “moderação consentâneo com as opiniões conservadoras”, em virtude das inevitáveis resistências, a confecção da “calma das paixões só pode ser imprimida por um braço muito forte”, aquele “do político de maior ascendência no país, e só comparável a Olinda”: Honório Hermeto, o marquês de Paraná. Assim, este experiente e conceituado parlamentar reuniu em torno de si um grupo de políticos comprometidos com reformas prudentes, presi-

⁵³ *Idem, ibidem*, p. 11-112.

didadas pelo “*espírito de moderação*”, alguns deles recém saídos das hostes liberais.⁵⁴

Ao comentar as razões que alçariam Paraná e seu ministério de “moderados” ao poder, o texto de *Um Estadista* destaca questões políticas e históricas incontornáveis: a orientação já desgastada do Gabinete Rodrigues Torres que reiterava a integridade dos dois partidos preservando um clima pautado pela ausência de “*seguridade*”; a necessidade de administrar questões internas aos conservadores, em especial a arrogância das elites locais insubmissas ao Estado; a emergência de um momento de “*renascimento, de renovação política e social*” em virtude da agilização dos negócios propiciada pela liberação de capitais antes comprometidos com o tráfico de escravos. Tais razões justificavam as reformas propostas no programa de Paraná.

Engrandecendo a atuação dos “conciliados”, em especial as idéias que os diferenciavam de seus contemporâneos, o historiador descreve as medidas por eles encaminhadas, em especial pelo Ministro da Justiça. Projeta em primeiro plano uma transformadora reforma judiciária – a primeira a ser comentada no livro e considerada o grande projeto de Nabuco de Araújo – um conjunto de propostas que valorizariam ao máximo a atuação dos juizes de direito, no intuito “*de colocar a justiça criminal nas mãos de magistrados vitalícios*”.

A defesa da “*reforma para conjurar a revolução*” ainda caracterizaria a atuação do estadista anos mais tarde, quando da inversão po-

⁵⁴ Recém ingressos no partidos conservador, Limpo de Abreu, Pedreira e Paranhos integraram o gabinete Paraná (6/9/1853) nas pastas dos Estrangeiros, do Império, e da Marinha. Francisco Sales Torres Homem (ex-Timandro) também prestaria valioso apoio aos “conciliados”. Além deles, o ministério contou com Nabuco de Araújo (Justiça), Cotegipe (Fazenda/Marinha) e Bellegarde (Marinha e Guerra). Paraná também atuou na Fazenda por algum tempo. *Idem, ibidem*, 115-128, *passim*.

lítica ocorrida em julho de 1868. Naquela circunstância, uma intervenção aparentemente inesperada do poder moderador resultou na substituição do gabinete conservador “moderado-progressista” de Zacarias pelo ministério conservador “*puro*” de Itaboraá, levando Nabuco de Araújo a pensar em reformas que defendessem o sistema representativo e a tecer restrições à atitude imperial. Pugnando pela continuidade da política “conservadora moderado-progressista”⁵⁵ necessária para o andamento e sucesso do Projeto de reforma do elemento servil votado no Conselho de Estado, Nabuco de Araújo externou no Senado, a 17/7/1868, sua discordância com a decisão do monarca. Baseando-se no “*sorites*” – a ascensão dos conservadores “*puros*” é “*legal*” mas “*não legítima*” – e no princípio de que “*o rei reina mas não governa*”, saiu em defesa do sistema representativo e recriou duramente a intervenção inoportuna do “*poder irresponsável*” que, parecendo relegar o problema do “*elemento servil*” para segundo plano, escolhera um adversário da emancipação para presidir o novo gabinete. Para Nabuco

⁵⁵ Trata-se da política defendida por uma fração do partido conservador chefiada por Zacarias e Nabuco de Araújo, que se distanciava dos “*puros*” por deles discordarem “principalmente em relação ao modo como se deveriam estabelecer o crédito e os empreendimentos econômicos. Enquanto os “*puros*” defendiam a tutela do governo sobre as atividades econômicas – através do controle da emissão e da incorporação e funcionamento de sociedades anônimas – os “*moderados*” propugnavam a liberdade de crédito e de empreendimento. Diante da impossibilidade de manutenção de acordos que assegurassem a unidade com os antigos correligionários, os conservadores moderado-progressistas aproximaram-se dos liberais, buscando uma aliança. Para isso assumiram uma postura crítica em relação ao poder moderador que os diferenciaria dos conservadores “*puros*”: enquanto estes últimos defendiam um poder moderador “*irresponsável*”, os “*moderados*”, buscando selar a liga com os liberais, defendiam a “*responsabilidade ministerial*” sobre os atos do poder moderador”. ABREU, Eide S. A. - *O “Evangelho do Comércio Universal”: o desempenho de Tavares Bastos na Liga Progressista e no Partido Liberal (1861-1872)*. Tese de Doutorado. Campinas, IFCH-UNICAMP. 2004. p.350.

de Araújo, o Imperador havia ferido o sistema representativo ao desconsiderar a “*vontade nacional*” ou seja, a maioria liberal existente na Câmara:

*“(...) havia no Parlamento uma maioria liberal, constituída pela vontade nacional; uma maioria tão legítima, tão legal, como têm sido as maiorias que temos tido no país (...) Havia um ministério que representava esta política (...) política que tendia a crescer (...) desde que o nobre senador pelo povo do Rio de Janeiro [Otaviano] aconselhou a unidade dos lados [que apoiavam o gabinete Zacarias, progressistas e liberais históricos] (...) o ministério que a representava decaiu, não por uma vicissitude do sistema representativo; não porque uma minoria se tornasse maioria, mas por diferenças que houve entre nas relações da coroa com seus ministros. Dizei-me: o que aconselhava o sistema representativo? O que aconselhava o respeito à vontade nacional? Sem dúvida, que outro ministério fosse tirado dessa maioria. Mas, fez-se isto? Não senhores, e devo dizer, foi uma fatalidade para as nossas instituições. Chamou-se um ministério de uma política contrária, adversa à política dominante (...) No coração do próprio ministério, como na consciência de nós todos, está o reconhecimento da ilegitimidade do gabinete atual e de todos os ministérios que forem saídos, não das maiorias, mas simplesmente da vontade do poder irresponsável (...)”.*⁵⁶

As discordâncias do estadista com ex-correligionários conservadores “*puros*” e com o encaminhamento imperial teriam levado o “conservador moderado-progressista” a desprender-se daquele partido, a apoiar a oposição e a criar um Centro Liberal, agremiação na qual reuniram-se os políticos dissidentes de origem conservadora (Zacarias, Saraiva, e Sinimbú) e liberais históricos das mais variadas tendências.

⁵⁶ NABUCO, J.- *Um Estadista*, v. II, p. 80-81.

Especialmente aconselhado por Nabuco de Araújo, escolhido presidente do Centro, o grupo propôs reformas políticas “*que possam ser aceitas sem abalo pela sociedade*”, dentre as quais se destacaram a eleição direta e a emancipação dos escravos – na forma prevista pelo projeto de 1868 – segundo o historiador, esta última, uma idéia incorporada devido à insistência do biografado. Escrevendo a Saraiva, o estadista teria comentado: “*Do falseamento da eleição derivam-se todas as nossas dificuldades políticas, bem como do trabalho escravo todos os nossos atrasos industriais. São estes os dois pontos cardeais para que devem convergir completamente o esforço liberal*” ou seja, “*suprimir a escravidão do homem e do voto*”.⁵⁷

Em maio de 1869 foi lançado um manifesto do Centro Liberal revelador da hegemonia do grupo moderado-progressista de origem conservadora, sobre liberais históricos mais radicais, tradicionalmente críticos do Poder Moderador⁵⁸. Nele se ressalta o empenho em preservar o regime monárquico, o Poder Moderador e o Imperador pois, no entender de Nabuco de Araújo, as coisas iam “*mal com ele, e pior sem ele*”; e em esvaziar a idéia de uma revolução, ou seja, a probabilidade de uma república, projeto que ganhara adeptos entre os membros mais extremados do partido em virtude dos acontecimentos de 1868 na Espanha. Desta forma, o Centro Liberal sinalizou com uma “*reforma para conjurar a revolução*”, e bateu forte no “*falseamento do sistema representativo*”, conseqüência de eleições sem liberdade, “*das leis reacionárias criadas e mantidas pelo partido conservador*” e por intervenções ilegítimas do “*poder irresponsável*”:

⁵⁷ *Idem, ibidem*, v. II, p. 94.

⁵⁸ O manifesto foi assinado por Nabuco de Araújo, Souza Franco, Zacarias de Góes e Vasconcelos, Chichorro da Gama, Francisco José Furtado, Dias de Carvalho, Paranaguá, Teófilo Ottoni e Francisco Otaviano.

“O governo absoluto que temos (...) não é obra de algum 18 brumaire ou de outro golpe de Estado semelhante desfechado pelo Imperador; mas é efeito das leis reacionárias criadas e mantidas pelo partido conservador (...) Para o monarca, esse falseamento da eleição, é um abismo que ele tem a seus pés, porque a eleição, em vez de ser a verdade que o adverte, é a mentira que o obriga a errar, a provação que conduz o país à revolução. Sem dúvida, os erros do Poder Moderador na apreciação das situações políticas do país não seriam fatais se as eleições fossem livres.

Ou a reforma.

Ou a revolução.

A reforma para conjurar a revolução.

*A revolução como consequência necessária da natureza das coisas, da ausência do sistema representativo, do exclusivismo da oligarquia de um partido. Não há que hesitar na escolha. A Reforma; e o país será salvo!”*⁵⁹

Em maio do mesmo ano foi divulgado um programa do Centro onde novamente projetam-se os ideais do grupo moderado. Tem “*primazia*” a proposta de se buscar “*a realidade do sistema representativo*” através de “*eleições livres e verdadeiras*” pois a oposição não deveria “*referendar e legitimar o simulacro de representação nacional*” e sim “*fundar a verdade eleitoral no país*” e denunciar a “*hipertrofia do Poder Moderador*”. Segundo Joaquim Nabuco, diferenciando-se da “*massa partidária*” que então integrava o Partido, Nabuco de Araújo não criticou mais a atuação do Imperador, mas apontou a responsabilidade e os vícios dos partidos no “*falseamento do sistema representativo*”. Em virtude desta prioridade, o programa estabeleceu a seguinte seqüência de reformas. Em primeiro plano, a reforma eleitoral

⁵⁹ *Idem, ibidem*, v. II. p. 98.

“à inglesa”, propondo a eleição direta só para as capitais das províncias e cidades com população de dez mil almas pois, na avaliação do estadista, “*nos centros da população está a força democrática (...) a eleição direta no interior é mil vezes pior que a indireta*”.⁶⁰ Em seguida a reforma judiciária; depois, a abolição do recrutamento para a Guarda Nacional, e por fim, a emancipação dos escravos, proposição que Joaquim Nabuco considera inspirada no projeto formulado no Conselho de Estado e uma “*idéia predominante de Nabuco*”, uma espécie de “*contra ataque*” às sugestões mais radicais que visavam suprimir o Poder Moderador. Apesar do esforço do historiador em demonstrar o compromisso prioritário do estadista com o “aboliconismo”, através de seus liames com a emancipação “*de todas para Nabuco a medida inadiável, preliminar*” – anunciando inclusive o contato por ele estabelecido, ainda em 1869, com o senador aboliconista americano Sumner e com a Anti-Slavery Society, partidários da abolição imediata e sem indenização para os proprietários de escravos – não é possível deixar de anotar que a medida foi colocada como última reivindicação no texto do programa criado pela nova direção do partido liberal. Mesmo no programa do Centro, texto que o historiador atribui exclusivamente ao engenho de Nabuco de Araújo, e considera como um testemunho do “*espírito e qualidades políticas*” do estadista, o item relativo à emancipação é a derradeira medida a ser encaminhada, possivelmente devido à prudência e realismo do biografado que, naquele momento, priorizava o retorno dos “progressistas” ao poder (ao invés da questão da emancipação) condição sine qua non para o an-

⁶⁰ Comentário feito em carta ao Barão de Vila Bela (6/5/1869). *Idem, ibidem*, v. II p. 96.

damento de todas as reformas e medida mais harmônica “*com o estado do país*”. Tal “prudência e realismo”, que não deixam de lembrar as palavras e procedimentos do liberal inglês Edmund Burke diante dos primeiros episódios da revolução francesa, ficam claramente expressos nas “*qualidades*” anotadas pelo historiador:

*“o parlamentar prático e positivo que prefere uma pequena liberdade real (...); o jurista que confia na ação da lei sobre a sociedade, na reforma dos costumes pela legislação; (...) o estadista humanitário, sensível e sentimental; (...) o conservador que não pode abjurar suas origens e afinidades e não pode destruir pelo prazer de inovar ou para experimentar, e que por isso só quer reformas em harmonia com o estado do país, e as desenha sem preocupação de simetria, ou de unidade, conforme o adiantamento da população e do tempo, o noviciado e adaptação que elas exigem”.*⁶¹

Portanto, o princípio da “conciliação” inaugurado nos anos 50, também teria inspirado o programa da “*reforma para conjurar a revolução*”, de 1869. Nesta circunstância, Nabuco de Araújo projetou um programa de reformas preservadoras da monarquia e do sistema representativo tanto da intervenção inoportuna do “*poder irresponsável*” quanto da ameaça republicana. Segundo o historiador, a contin-

⁶¹ *Idem, ibidem*, v. II, p. 96. “Sendo, portanto, a ciência do governo, tão prática em si mesma e dirigida para a solução de questões igualmente práticas, uma ciência que requer experiência – ainda mais experiência do que aquela que um indivíduo pode adquirir durante a vida, não importa sua sagacidade ou capacidade de observação – é com infinita precaução que se deve aventurar a derrubar um edifício que vem, há séculos, respondendo toleravelmente bem aos propósitos da sociedade, ou a construí-lo novamente sem ter à vista modelos e moldes cuja utilidade tenha sido comprovada.” BURKE, Edmund - *Reflexões sobre a Revolução Francesa*. Trad. Renato Faria, Denis Pinto e Carmen Moura. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1982. p.90.

gência de proteger o império da “revolução” republicana impulsionara o estadista a conciliar a tradição com o progresso para levar mais longe o princípio da reforma. Por esta razão teria rompido com ex-correligionários conservadores, e apoiado a oposição liberal na fundação de um Centro Liberal, experiência eficaz de prática conciliadora que reunira formalmente políticos de origens e convicções diversas – ex-conservadores adeptos do progresso (Nabuco de Araújo, Zacarias, Saraiva, e Sinimbu) e liberais históricos das mais variadas tendências.

Todavia, não se pode deixar de considerar que o ingresso deste grupo no partido de oposição teve um significado mais amplo do que protestar contra a intervenção imperial, registrado pelo historiador: na medida em que impediu um possível abraçamento liberal da opção republicana representou uma guinada conservadora dos liberais em relação aos princípios por eles defendidos no passado, guinada responsável pelo significativo esvaziamento das suas históricas proposições e sintomática do assenhoreamento do partido pelos novos integrantes de origem conservadora. O mencionado manifesto do Centro Liberal, de 1869, testemunha a hegemonia do grupo conservador/moderado sobre os históricos, estes últimos até então ferrenhos críticos do Poder Moderador. Nele se ressalta o empenho do grupo em preservar o regime monárquico, o Poder Moderador e o Soberano e em esvaziar a idéia de uma revolução, ou seja, a probabilidade de uma república. Desta forma, segregando os membros mais críticos do antigo Partido, o Centro Liberal sinalizou com uma “*reforma*” plenamente subordinada aos princípios conservadores. Fundamentando a necessidade de mudanças, direcionou suas restrições não para o regime monárquico mas para o funcionamento inadequado de suas instituições e para as intervenções ilegítimas do “*poder irresponsável*”.

Neste sentido, pode-se considerar que, ao privilegiar a reforma conciliadora com a monarquia, mais uma vez, a prática do estadista e de seu biógrafo teceram uma habilidosa e convincente manobra e sentença contra a república jacobina e a revolução. Mais uma vez, através da reforma e da conciliação, a ordem subordinara a anarquia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA DEFESA “PROGRESSISTA” DA MONARQUIA

Concluindo, podemos considerar que na argumentação de *Um Estadista* ressaltam-se as seguintes proposições políticas apreendidas, segundo o autor, da biografia de Nabuco de Araújo, proposições que também pretenderam explicar e fundamentar a opção política de Joaquim Nabuco no final dos anos 90 do século XIX: a condenação da intolerância, dos radicalismos e das revoluções fossem eles de origem jacobina republicana ou monarquista conservadora; e a valorização das práticas reformistas conciliadoras capazes de associar instituições herdadas do passado com as mudanças cobradas pelo progresso porém, conciliações presididas acima de tudo pelo princípio conservador da ordem e da autoridade, premissa certamente inspirada no lema “poupar os submissos e debelar os soberbos” que teria orientado a atuação dos grandes estadistas do Império. Para Nabuco tais princípios e procedimentos modelares eram mais recorrentes em regimes monárquicos, embora emergissem também em experiências republicanas como a dos Estados Unidos, da Suíça, e mais recentemente, do Chile, países que exibiam uma formação histórica peculiar na qual a sociedade e as instituições políticas resguardavam um estreito relacionamen-

to, uma identidade, a primeira zelando cuidadosamente pela preservação das segundas, circunstância que não acontecia no Brasil.

Essas teses nos sugerem uma indagação: poder-se-ia considerar que Nabuco fosse, naquele final da primeira década republicana, um “aristocrata nostálgico da monarquia”, e que para ele, a vivência do liberalismo autêntico perseguido pelos grandes estadistas, significaria uma irrestrita adesão ao regime monárquico, particularmente àquele vivenciado no Império Brasileiro?

O texto de *Um Estadista*, outros escritos e pronunciamentos do autor sinalizam evidências controversas. Se considerarmos o empenho com que esta obra valoriza a atuação dos imperadores brasileiros, dos estadistas, das instituições e da política do Império; as inúmeras vezes em que Nabuco externou sua admiração pela monarquia inglesa; o fato de não ter integrado os quadros políticos republicanos e, mesmo aceitando um cargo diplomático a partir do governo Campos Sales, ter continuado a declarar-se um monarquista “platônico”, podemos concluir que aquele historiador era invariavelmente um admirador fiel e um nostálgico da monarquia vivenciada no Brasil. Mais ainda, tratava-se de um político para quem os procedimentos liberais “autênticos” só poderiam se adequar ao regime monárquico. Algumas frases do panfleto *Por que continuo a ser monarquista*, são exemplares nesta constatação:

*“Monarquista sem esperança de monarquia, para que serve? Serve para não ser republicano sem esperança de liberdade.(...) Não idealizo a monarquia que tínhamos; digo somente que ela era, ao contrário das repúblicas que podemos ter, um governo que se podia pensar em melhorar progressivamente, e aceitar como digno de homens livres.(...)”*⁶²

⁶² NABUCO, J.- *Por que continuo a ser monarquista*. p. 21-22.

Todavia outras evidências e declarações interrogam essa constatação sobre o historiador: as dificuldades de relacionamento de Nabuco com os monarquistas antes e depois da República, dificuldades que se avolumaram ao longo da primeira década republicana e levaram ao seu já mencionado isolamento. Ainda, uma outra consideração inscrita neste mesmo opúsculo de 1890, sutilmente minimiza a importância das formas de governo – se monarquia ou república – ao constatar o quanto a monarquia vivida se assemelhara à “verdadeira república”, ou aventar a possibilidade de ser adepto da república sem necessariamente deixar de ser monarquista:

“ (...) seria difícil fundar uma república no Brasil que tenha tantos característicos da verdadeira república como tinha a monarquia. Classificar os governos pela sua forma é como a antiga classificação botânica pelas semelhanças exteriores.(...)”

Estou pronto a dizer-me republicano, mesmo com a certeza da restauração diante de mim, se me modificar em meu espírito a convicção de que a república no Brasil há de ser fatalmente uma forma inferior de despotismo, desde que não pode ser uma forma superior de anarquia; não basta, porém, a certeza que têm todos de que a monarquia não voltará mais, para eu deixar de ser monarquista. (...)”⁶³

Porém, o argumento mais esclarecedor no sentido de problematizar um exclusivo sentimento nostálgico de Nabuco sobre o Império integra justamente a análise/narrativa de *Um Estadista* e, pouco depois, vários capítulos de *Minha Formação*. Dentre os princípios e procedimentos políticos significativos do liberalismo “autêntico” atribuídos a Nabuco de Araújo, ressalta-se a sensibilidade do biografado em assumir, sem colocar em risco o Estado e a estabilidade da nação, as

⁶³ *Idem, ibidem*, p.21-22.

mudanças possíveis cobradas pelo progresso, ou seja a capacidade para realizar reformas conciliadoras entre a herança do passado e as necessidades do presente. Assim, o perfil do estadista exemplar, e da grande política, associam ordem, autoridade, reforma, conciliação e progresso. Sem abrir mão da ordem e da autoridade, Nabuco de Araújo é apresentado, em *Um Estadista* e em *Minha Formação*, como um político consciente “da necessidade de fazer concessões ao progresso e ter a ousadia de enfrentar instituições e adaptar-se aos fins, para não deixar periclitar o interesse social maior por causa de uma doutrina ou aspiração”⁶⁴. Portanto, a homenagem ao imperador e aos estadistas do passado incluída no livro não pressupunha, necessariamente, nem um sentimento nostálgico, nem um retorno, no mais rápido período de tempo possível, à monarquia praticada no passado. Isto porque a realização desta meta previa, naquele momento, o apoio ao lema “do quanto pior melhor”, às intervenções vigorosas e desestabilizadoras da ordem e signatárias da “anarquia” – como a agitação ou, mesmo, o recurso às armas – estratégias das quais Nabuco discordava e das quais gradativamente se afastou, tanto quanto das lideranças da oposição monárquica. Para ele, assim como seu pai o fizera, era preciso aceitar “a invencível prescrição da história”, constatação claramente justificada alguns anos depois:

“Senhores, eu não me separei de repente do partido monárquico: levei dez anos nessa lenta evolução, que me fez ceder à invencível prescrição da História.(...)”

Desde a morte de Saldanha da Gama, sentindo que as guerras civis não se repetiam ou não se davam duas vezes, procurei, por essa espécie de juízo de

⁶⁴ NABUCO, J.A.- *Minha Formação*. p. 159, 162.

Deus, recolher-me ao isolamento de meus livros, e quase nenhuma relação mais tive com a direção do partido monárquico.

*Nesses cinco anos [1893-1898] fiz pela história da Monarquia muito mais do que podiam fazer, do que teriam feito todos os outros que a servem. Eu levantei os homens de Estado do Antigo regime, levantei o Imperador, ao mesmo tempo que, com piedade filial procurei cumprir um dever com a memória sagrada de meu pai”.*⁶⁵

Para finalizar podemos considerar a hipótese de que com o estudo do desempenho dos estadistas do Império Nabuco pretendeu continuar a fazer o que entendia como a grande política, ou a *Política com P* e, também, ensinar a “verdadeira” política liberal a monarquistas e republicanos radicais. Conforme explicita no texto de sua autobiografia, ao longo de sua vida, identificou várias *formas* para a política. A política pequena dos políticos de profissão, restrita à obediência aos partidos e às disputas menores que os envolviam. A política da “*cavalaria andante dos princípios e das reformas*”, com “*suas lutas de partidos, meetings populares, sessões agitadas da Câmara, tiradas de oratória, emoções da tribuna e popularidade*”. E a *Política com P*, que reunia episódios do “*drama humano universal*”.⁶⁶ A primeira nunca o teria atraído, tanto que durante sua atuação no Parlamento do Império sempre fizera questão de resguardar sua independência e individualidade em relação aos partidos. A segunda, ele a vivenciara intensamente na campanha abolicionista e, embora a tivesse experimentado por pouco tempo, colheu dela todas as glórias que poderia retirar. A terceira presenciara no Parlamento inglês e depois no Brasil

⁶⁵ NABUCO, J.- *Cartas a Amigos*. vol II, p. 24-25; Discurso proferido em julho de 1905 *Apud* GALVÃO, Sebastião V. - “Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araujo” IN: *RIHGB*, n. LXXIV, 1912, p. 48-49..

⁶⁶ NABUCO, J.- *Minha Formação*, p. 33-34, 258.

em episódios notáveis, na abolição da escravidão, na expulsão do Imperador, na Revolta da Armada, e na causa monárquica. Mas, nos últimos dez anos abordados em suas memórias escritas precocemente em 1900, descobriria uma outra possibilidade para o exercício da Po-
lítica: a literatura metamorfoseada em história.

A queda do Império e o fim de sua carreira no Parlamento, assim como a polêmica com republicanos e monarquistas ao longo da década de 1890 eram os acontecimentos que o haviam aproximado mais estreitamente da história: “*A história é com efeito o único campo em que me seria dado ainda cultivar a política, porque só nele não terei de faltar à indulgência...nem à tolerância...*”⁶⁷ Tratava-se de uma concepção antiga que Nabuco comenta em *Minha Formação*, pois nela ressoavam os ensinamentos do Barão de Tautphoëus, seu preceptor; dos grandes historiadores do século XIX – Macaulay, Mommsen, Ranke, Taine e Burckardt – e, especialmente, dos conselhos recebidos de Ernesto Renan em 1873 após avaliar seus poemas históricos.⁶⁸ Mas, as motivações mais recentes provinham da luta e divergências políticas vivenciadas nestes difíceis anos que se seguiram à proclamação da República, remetidas à perseguição dos republicanos jacobinos, às cobranças dos próprios monarquistas e de antigos correligionários que haviam aderido ao novo regime e, especialmente, seu comprometimento (desde 1897) com os propósitos da então recém fundada Academia Brasileira de Letras⁶⁹. Diante delas, utilizando a história

⁶⁷ *Idem, ibidem*, p. 260.

⁶⁸ “Renan me dera o conselho que transmito à nova geração: de entregar-me a estudos históricos...”*Idem, ibidem*, p. 72.

⁶⁹ Sobre o desempenho de Nabuco na Academia conferir: NABUCO, Carolina – *Ob.Cit.*; SEVCENKO, Nicolau – *Literatura como Missão – tensões sociais e criação cultural na primeira República*. S. Paulo, Brasiliense; 1983; VENTURA, Ro-

como argumento, o jornalista escritor acabaria por encontrar uma maneira de exercitar princípios e procedimentos do que considerava um “*liberalismo autêntico*”, colocado acima das “mesquinhas” disputas partidárias típicas da pequena política: recusou os radicalismos republicanos ou monarquistas e assumiu uma posição de meio termo conciliadora e ordeira entre a tradição herdada do passado e o presente, que o poupou do comprometimento efetivo com qualquer das duas formas de governo, a monarquia ou a república. Desta maneira, além de estudioso preocupado em homenagear o passado, e monarquista “platônico”, engajou-se “intelectual e republicanamente” num projeto de “*defesa dos interesses da pátria*” assumindo um cargo que lhe era familiar no pretensamente “apartidário” campo da diplomacia (a embaixada dos Estados Unidos), a ele oferecido pelo governo civil de cepa aristocrática de Campos Sales. Assim, respeitando simultaneamente as práticas do passado e as “imposições” de uma outra historicidade logrou (re)editar a serviço do progresso republicano a política idealizada no desempenho dos grandes estadistas do Império, em especial aquele do conselheiro e senador Nabuco de Araújo, seu pai. Entretanto, é preciso anotar que nesta solução “conciliadora” o “liberalismo utilitário”, também lembrado por Faoro, imperou objetiva e soberanamente sobre a “nostalgia” monárquica.

berto – *História Cultural e Polêmicas Literárias no Brasil (1870-1914)*. S. Paulo, Cia. das Letras, 1991; e RODRIGUES, João Paulo C. de S.- *A dança das cadeiras. Literatura e Política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Campinas, Ed. da Unicamp, Cecult, 2001.

À
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH
SETOR DE PUBLICAÇÕES
Cidade Universitária "Zeferino Vaz"
Caixa Postal 6.110
13083-970 - Campinas - São Paulo - Brasil

Tel.: 0XX (19) 3788.1604 / 3788.1603
Telefax 0XX (19) 3788.1589
<http://www.ifch.unicamp.br/pub>
morewa@unicamp.br

NOME (Name): _____

ENDEREÇO (Address): _____

RECEBEMOS: _____
We have received: _____

FALTA-NOS: _____
We are lacking: _____

ENVIAMOS EM PERMUTA: _____
We are sending in exchange: _____

DATA: _____
Date: _____

ASSINATURA: _____

**A NÃO DEVOLUÇÃO DESTE IMPLICARÁ NA
SUSPENSÃO DA REMESSA**

Non-acknowledgement of receipt will indicate that further
publications are not wanted.